

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

LAENIA CHAGAS DE OLIVEIRA

EVASÃO ESCOLAR: IDENTIFICANDO CAUSAS E PROPONDO INTERVENÇÕES

São Leopoldo

2016

LAENIA CHAGAS DE OLIVEIRA

EVASÃO ESCOLAR: IDENTIFICANDO CAUSAS E PROPONDO INTERVENÇÕES

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Orientadora: Laura Franch Schmidt Silva

São Leopoldo

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48e Oliveira, Laenia Chagas de
Evasão escolar : identificando causas e propondo
intervenções / Laenia Chagas de Oliveira ; orientador Laura
Franch Schmidt Silva. – São Leopoldo : EST/PPG, 2016.
89 p.: il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2016.

1. Evasão escolar – Ceará. 2. Avaliação educacional. I.
Silva, Laura Franch Schmidt da. II. Título

LAENIA CHAGAS DE OLIVEIRA

EVASÃO ESCOLAR: IDENTIFICANDO CAUSAS E PROPONDO INTERVENÇÕES

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Data de Aprovação: 04 de julho de 2016

Laura Franch Schmidt Silva – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Aos meus pais,
Luiz Chagas de Oliveira e Maria Nazareth
Duarte de Oliveira, pelo dom inigualável
da vida e pelo amor incondicional.

Aos meus irmãos,
Laezio (in memoriam), Lauberto, Laerton,
Ladênia, Ladevânia e Leânia,
pelo apoio e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por indicar-me o caminho a seguir;

À Professora Dra. Laura Franch Schmidt Silva, por aceitar a orientação desta pesquisa e por mostrar-me que o estudo, a dedicação e a perseverança são elementos capazes de abrir passagem para a realização dos nossos sonhos;

Aos Professores e funcionários do Programa de Mestrado Profissional em Teologia da Faculdades EST pela riqueza dos ensinamentos, pela valorização dos nossos saberes e acolhimento;

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, por possibilitar-me a realização deste curso;

À equipe do IFCE campus Juazeiro do Norte, na pessoa do Professor Antonio Adhemar de Souza - Diretor Geral, pelo apoio;

Ao professor e amigo Alex Jussileno Viana Bezerra – Diretor de Ensino do IFCE campus Juazeiro do Norte pelo incentivo e liberação dos dados para a pesquisa;

À Professora Joamira Pereira de Araujo, pela imprescindível contribuição na análise estatística dos dados, através do Programa Statistical Package for the Social Sciences;

“Amigo não é aquele que diz vá em frente, mas aquele que diz vou contigo.” Virlândia e Zélia, essa tem sido a atitude de vocês desde que as conheci. Que o Senhor continue abençoando essa amizade pois, de mãos dadas o caminho fica mais fácil ou pelo menos mais belo;

No decorrer deste estudo tive a felicidade de acompanhar a dedicação, responsabilidade e perseverança das minhas sobrinhas Bruna, Amanda e Alice e da minha irmã Ladênia, na elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso em Biomedicina, Enfermagem, Psicologia e Tecnologia de Alimentos, respectivamente. A postura de vocês proporcionou-me o encantamento e a certeza de que eu também conseguiria superar os desafios e lograr êxito nesta empreitada. Agradeço-lhes pelo exemplo.

Educar é prender o aluno à escola, empenhar todos os recursos para evitar a evasão escolar, a fuga da vida. É despertar nele o desejo de vir a ser um projeto existencial magnífico, sem brechas, fissuras. De vir a ser no futuro um congressista, um artista, um escritor, um operário, um mestre. Alguém que, ao explorar sua irrenunciável vocação para a vida, nela inclua como meta o saber, o desvendamento da inteligência, o coração ardente, a mirada camaleônica e reveladora.

Nélida Piñon. Aprendiz de Homero

RESUMO

Este trabalho analisa a evasão discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte, com foco no curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo geral deste estudo é investigar a ocorrência de evasão no referido curso, e identificar as causas, tendo como instrumento de pesquisa os históricos escolares disponibilizados no Sistema Acadêmico do IFCE *campus* Juazeiro do Norte assim como os questionários socioeconômicos que são preenchidos, pelos/as alunos/as, no ato da matrícula. *Para a composição da amostra, tomou-se o universo dos evadidos do curso durante o período 2010.1 a 2015.1, considerando os/as discentes ingressantes nos semestres 2010.1, 2010.2 e 2011.1.* O enfoque da pesquisa busca caracterizar o perfil dos/as discentes evadidos/as. A técnica aplicada teve, como base, elementos quantitativos que, após serem coletados, foram inseridos numa base de dados do Microsoft Office Excel 2013 com posterior transferência para o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS versão 16.0), utilizado para realização da análise estatística descritiva de frequência e percentual, gerando as tabelas apresentadas. Para fundamentar a investigação buscou-se a contribuição de autores que abordam problemas voltados para a educação, de forma específica a questão do processo ensino-aprendizagem e do fracasso/evasão escolar, bem como a análise de documentos basilares da legislação educacional brasileira. A pesquisa está estruturada em três capítulos: o primeiro traz a abordagem sobre a concepção do processo ensino-aprendizagem, considerando a contribuição dos teóricos Paulo Freire, David Ausubel, Jean Piaget, Vigotsky e Edgar Morin e faz um contraponto com a evasão escolar, respaldada em pesquisas referentes à temática, assim como na legislação nacional; o segundo capítulo aborda a educação profissional no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e apresenta um relato conciso sobre o IFCE *campus* Juazeiro do Norte e sobre o curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio. No terceiro capítulo são apresentados os dados obtidos e a análise dos mesmos, distribuídos em parâmetros acadêmicos e sócios econômicos como idade, gênero, semestre de ingresso, etnia, procedência escolar, estado civil dos pais, nível de escolaridade do pai, nível de escolaridade da mãe, responsável financeiro pela família, renda familiar e tipo de moradia. Os principais achados dessa investigação indicam que é desafiante traçar um perfil do/a aluno/a evadido/a, tendo em vista que as diferentes variáveis ligadas a muitos fatores como social, cultural, econômico, familiar, acadêmico, têm implicações no desempenho escolar dos/as estudantes, podendo provocar o desinteresse pela escola e, conseqüentemente, contribuir para o abandono precoce. Percebe-se que os desafios das instituições de ensino para identificar as principais causas da evasão não são simples. Finalizando, registra-se aqui a proposta de realização de continuadas pesquisas que possam contribuir na elaboração e implementação de ações que venham conter e prevenir a ocorrência do fenômeno evasão escolar.

Palavras-chave: Educação. Ensino-aprendizagem. Evasão.

ABSTRACT

This paper analyzes the student dropout phenomenon from the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) [Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará], Juazeiro do Norte campus, with focus on the Technical program on Edifications integrated with high school, based on a bibliographic and documental research. The general goal of this study is to investigate the occurrence of dropout in the referred program and identify the causes, having as a tool of research the school histories made available on the Academic System of the IFCE of the Juazeiro do Norte campus, as well as the socio-economic questionnaires which were filled out by the students upon their enrollment. The sample was made up of the universe of those who dropped out of the program during the period of 2010.1 to 2015.1, considering the students who enrolled in the semesters of 2010.1, 2010.2 and 2011.1. The focus of the research seeks to characterize the profile of the students who dropped out. The technique applied had as its base quantitative elements which, after being collected were inserted in a Microsoft Office Excel 2013 data base and later transferred to the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS version 16.0) program, used for carrying out the descriptive statistical analysis of frequency and percentages generating the charts presented. To give a base for the investigation we sought out contributions from authors who deal with problems relating to education, and specifically the issue of the process of teaching/learning and of school failure/evasion, as well as to analyze foundational documents of the Brazilian educational legislation. The research is structured in three chapters: the first brings the approach about the conception of teaching-learning considering the contribution of the theoreticians Paulo Freire, David Ausubel, Jean Piaget, Vigotsky and Edgar Morin and makes a counterpoint with school evasion, supported in research referring to the theme as well as in the national legislation; the second chapter deals with professional education in the environment of the Federal Education, Science and Technology Institutes and presents a concise report about the IFCE Juazeiro do Norte campus and about the Technical in Edifications program Integrated with the High School. In the third chapter the data obtained is presented together with their analysis distributed in academic and social economic parameters such as age, gender, semester of enrollment, ethnicity, school frequented, marital status of parents, educational level of the father, educational level of the mother, the person financially responsible for the family, family income and type of dwelling. The main findings of this investigation indicate that it is a challenge to draw out a profile of the student who drops out being as the different variables tied with the many factors such as social, cultural, economic, academic have implications in the school performance of the students being able to provoke a lack of interest in school and consequently contributing to early dropout. One perceives that the challenges of the teaching institutions to be able to identify the main causes of drop out are not simple. Finally, may it be registered here that continued research be carried out which can contribute in the elaboration and implementation of actions which can contain and prevent the occurrence of the phenomenon of school dropout.

Keywords: Education. Teaching-Learning. Drop out.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CCA	Coordenadoria de Controle Acadêmico
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CID	Centro de Inclusão Digital
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CTP	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
DE	Diretoria de Ensino
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC	Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PAA	Plano de Ação Anual
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ROD	Regulamento da Organização Didática
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Unicef	Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de abandono escolar ensino médio – Brasil	43
Tabela 2 - Taxa de abandono escolar ensino médio – Ceará.....	43
Tabela 3 - Alunos/as não incluídos/as na pesquisa.....	64
Tabela 4 - Frequência e Percentual da situação acadêmica geral (N=95)	65
Tabela 5 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a idade.....	67
Tabela 6 - Evasão escolar por semestre de ingresso em função do gênero	69
Tabela 7 - Evasão escolar por semestre de ingresso	70
Tabela 8 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a etnia.....	72
Tabela 9 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a procedência escolar.....	72
Tabela 10 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com o estado civil dos pais (mãe e pai).....	73
Tabela 11 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a escolaridade do pai.....	74
Tabela 12 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a escolaridade da mãe	75
Tabela 13 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com o responsável financeiro.....	76
Tabela 14 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a renda familiar.....	77
Tabela 15 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a moradia....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E SEUS DESAFIOS NA ATUALIDADE	27
1.1 Concepções sobre o processo ensino-aprendizagem	27
1.2 Processo ensino-aprendizagem versus evasão escolar	38
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	47
2.1 Educação Profissional nos Institutos Federais de Educação	47
2.2 A expansão da rede profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE	52
2.3 Breve histórico do IFCE <i>campus</i> Juazeiro do Norte	55
<i>2.3.1 Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFCE, campus Juazeiro do Norte</i>	58
3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO	61
3.1 Dados Gerais	61
3.2 Caracterização da amostra	62
<i>3.2.1 Apresentação dos resultados</i>	64
3.3 Evadidos	67
<i>3.3.1 Características gerais</i>	67
3.3.1.1 Quanto a idade	67
3.3.1.2 Quanto ao gênero.....	68
3.3.1.3 Quanto ao semestre de ingresso.....	70
3.3.1.4 Quanto à etnia	71
3.3.1.5 Quanto à procedência escolar	72
3.3.1.6 Quanto ao estado civil dos pais (mãe e pai).....	73
3.3.1.7 Quanto à escolaridade do pai.....	74
3.3.1.8 Quanto a escolaridade da mãe.....	74
3.3.1.9 Quanto ao responsável financeiro	75
3.3.1.10 Quanto a renda familiar	76
3.3.1.11 Quanto à moradia	78
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	83
ANEXO 1	89

INTRODUÇÃO

O propósito de desenvolver uma pesquisa sobre a temática da evasão escolar foi fecundado a partir do incômodo experimentado pela pesquisadora com base na realidade educacional efetiva, durante as suas vivências profissionais, em instituições de educação nas quais trabalhou. Essa inquietação tem se acentuado, nos últimos anos, pautada na observação e acompanhamento do movimento escolar, por ocasião de atividades desenvolvidas na Coordenadoria Técnico Pedagógica - CTP, no IFCE *campus* Juazeiro do Norte, onde é possível perceber a indecisão dos/as alunos/as na escolha, no ingresso e na continuidade dos cursos escolhidos. Assim, a proporção que os semestres vão avançando, observa-se uma diminuição gradativa no número de alunos/as, por turma.

A busca por compreender as causas da evasão escolar e por encontrar intervenções capazes de conter este processo tem sido tema de diálogos constantes dentro e fora do espaço educacional. Uma indagação permeia a cabeça de todos/as aqueles/as que, comprometidos/as com a ação educativa, esperam o sucesso do/da aluno/a: é possível que ao introduzir-se numa instituição de educação o/a estudante tenha em mente desistir da caminhada? O senso comum indica que ele/a vai em busca de aprendizado, conhecimentos, certificação, preparação para a universidade e conseqüentemente para o mundo do trabalho, de construção e realização do seu projeto de vida. Então, o que leva o/a aluno/a a desistir deste percurso?

Um levantamento feito pelo movimento Todos Pela Educação com base na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) de 2013 indica que 45,7% dos jovens brasileiros não conseguem concluir o ensino médio até os 19 anos – 2 anos depois de idade adequada.¹

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, referente ao ano letivo de 2014, 8,6% dos/as estudantes abandonaram o ensino médio na rede pública. Observando a mesma população, esse percentual vai para 8,8% quando a pesquisa se reporta ao Estado do Ceará.²

¹ EVASÃO Escolar: as principais causas e como evitar. 2015. Disponível em: <<http://info.geekie.com.br/evasao-escolar-as-principais-causas-e-como-evitar/>>. Acesso em: 02 maio. 2016.

² INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Taxa de Rendimento Brasil 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acesso em: 02 maio. 2016.

Com base nos dados expostos, fica evidente que o problema da evasão escolar não é restrito a algumas instituições escolares ou a alguns estados brasileiros. Trata-se de uma questão nacional, que faz parte dos debates no âmbito das políticas públicas, e das pesquisas educacionais brasileiras.

Em busca de indicativos capazes de contribuir com a mudança desse cenário é que se envereda por este estudo que tem como objeto de investigação os motivos da evasão escolar no contexto da educação profissional ofertada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte, especificamente no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio. Para tanto é imprescindível esclarecer o conceito do termo evasão escolar tendo em vista a existência de diversas teorias que procuram explicar o fenômeno. No universo das instituições escolares a evasão pode ser identificada a partir de situações diversas, conforme mostra-se a seguir, com o respectivo significado:

Evasão – s.f. Desistência; ação de abandonar alguma coisa: evasão escolar.

Fuga; ação de escapar da prisão ou do local em que se estava preso.
Abandono - s.m. Ação de deixar uma coisa, uma pessoa, uma função, um lugar: abandono da família; abandono do posto; Esquecimento, renúncia: abandono de si mesmo.

Desistência - s.f. Ação de desistir; renúncia.³

Para DORE, “[...] o Censo Escolar do INEP: conceitua a saída de estudantes da escola como *abandono*: refere-se apenas ao estudante que deixou de frequentar uma determinada escola num dado ano”.⁴ A autora ainda enfatiza que:

O Censo Escolar é a única base de dados nacional que oferece informações sobre movimento (abandono, transferência e falecimento) e rendimento (aprovação, reprovação e conclusão) escolar na educação técnica. No caso do ensino técnico, os dados são armazenados como micro dados (dados brutos), não são transformados em sinopses estatísticas e não são divulgados pelo INEP. O acesso a eles nem sempre é simples e/ou fácil.⁵

³ DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/desistencia/>>. Acesso em: 27 maio. 2016

⁴ DORE, Rosemary. *Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

⁵ DORE, 2016.

No âmbito do IFCE, o Regulamento da Organização Didática (ROD) estabelece as seguintes circunstâncias:

Art. 81. O estudante, que não solicitar a renovação on-line da matrícula no prazo estabelecido, deverá comparecer à CCA no prazo de 5 (cinco) dias letivos, a contar do último dia do prazo para a renovação de matrícula, a fim de regularizar sua situação acadêmica.

Parágrafo único: O estudante que não solicitar a renovação on-line da matrícula, nem comparecer fisicamente à CCA para regularizar sua situação acadêmica deverá ser **considerado desistente do curso**, tendo sua situação de matrícula alterada para **ABANDONO** no sistema acadêmico.⁶

No capítulo V, seção I:

Art. 154. O estudante poderá interromper o trancamento de sua matrícula em qualquer período letivo posterior ao período letivo inicial e anterior ao período final do trancamento.

§ 1º O estudante que desejar reabrir sua matrícula para um período letivo deverá fazer a solicitação no início das aulas, respeitando a data prevista no calendário acadêmico do campus.

§ 2º O estudante que não interromper o trancamento de sua matrícula, deverá renovar sua matrícula para o período letivo imediatamente posterior ao período letivo final de trancamento, sob pena de ter sua matrícula configurada como **ABANDONO**.⁷

E ainda na Seção III – Da Desistência:

Art. 163. Terá sua situação de matrícula configurada como **ABANDONO** no sistema acadêmico do IFCE, o estudante:

I. ingressante que não confirmar a matrícula na primeira semana de aula do primeiro semestre;

II. veterano que:

a. deixar de efetuar a renovação de matrícula;

b. deixar de solicitar matrícula para o mínimo de 12 créditos no período estabelecido, para os estudantes de cursos com regime de crédito por disciplinas, salvo casos autorizados pelo gestor máximo de ensino no campus;

c. ficar reprovado por falta em todos os componentes curriculares do período letivo e não ter realizado nenhum procedimento de aproveitamento de componente curricular ou de validação de conhecimentos.⁸

Dado ao exposto o conceito de evadido utilizado pela instituição pesquisada refere-se a “situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso”.⁹

⁶ IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. *Regulamento da Organização Didática – ROD*. Fortaleza, 2015.

⁷ IFCE, 2015.

⁸ IFCE, 2015.

Importante esclarecer que, no desenvolvimento deste estudo, serão usados os termos Abandono ou Evasão Escolar para identificar a mesma situação.

Nesta pesquisa, pretende-se investigar as causas da evasão escolar, a partir dos documentos da instituição citada, mais especificamente nos históricos escolares dos/as estudantes, utilizando-se o Sistema Acadêmico do IFCE *campus* Juazeiro do Norte assim como da análise dos questionários socioeconômicos que são preenchidos, no ato da matrícula.

Acredita-se que, no anseio em prepararem-se, mais cedo, para o mercado de trabalho alguns/algumas estudantes abandonam o curso antes da sua conclusão ou optam pelos cursos profissionalizantes concomitantes tendo em vista que, no mesmo período de escolarização certificam-se no ensino médio, podendo, em seguida, ingressarem no mundo do trabalho e/ou frequentarem um curso superior. Esta realidade é percebida em todo o Estado do Ceará e no IFCE *campus* Juazeiro do Norte pode-se perceber esse fato, frequentemente, uma vez que os cursos de nível médio ofertados - Técnico em Edificações, Técnico em Eletrotécnica e Mecânica Industrial - abrem um leque de oportunidades, por encontrar-se, o município de Juazeiro do Norte, situado numa região em crescente desenvolvimento, economicamente voltada para as áreas de construções e indústrias.

Todavia, embora vivenciando-se esta realidade, é visível e preocupante o índice de estudantes que se evadem do curso antes de sua conclusão.

Com base nessa realidade, esta pesquisa tem como objetivo a análise dos principais fatores que podem indicar possíveis causas da evasão escolar, levando em consideração o contexto institucional e social dos/as alunos/as do curso investigado. Para tanto, busca-se traçar o perfil do/a aluno/a que se evade a fim de verificar se há uma identidade entre eles/as.

Com as informações adquiridas através deste estudo pretende-se propor medidas de intervenções capazes de prevenir e ajudar a conter a evasão escolar, como também contribuir com a reelaboração de estratégias que auxiliem na melhoria do processo ensino-aprendizagem. Faz-se necessário esclarecer que, os resultados obtidos serão apresentados à gestão da Instituição, aos educadores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, bem como a toda comunidade

⁹ BRASIL, Ministério da Educação. *Documento orientador para a superação evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. 2014. p. 21.

escolar, a fim de serem ampliadas as discussões e pensadas intervenções adequadas à realidade escolar do IFCE.

1 PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E SEUS DESAFIOS NA ATUALIDADE

Aprende-se desde muito cedo que a escola é a principal instituição responsável por dar rumos e indicar caminhos para a definição do projeto de vida de cada indivíduo. Na mais tenra idade a criança já é provocada sobre o seu futuro: o que você quer ser quando crescer? E mais tarde: Qual a profissão que você quer seguir? Essas são perguntas muito ouvidas pelas crianças e jovens e, nem sempre a resposta é precisa. Entretanto há uma certeza de que, qualquer que seja ela, o caminho passa por uma sala de aula, lugar de encontro, historicamente caracterizado, entre um ser ensinante e vários aprendentes.

Embora sejam muitas as teorias que definem a sala de aula como espaço de troca de saberes e de preparação de seres pensantes, que deverão ser motivados a desenvolverem a capacidade de, entre outras, interpretar, investigar, questionar e criar, o que se continua a testemunhar é a ênfase no papel do/a professor/a detentor/a e transmissor/a do conhecimento.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar discussões sobre o processo ensino-aprendizagem, considerando as concepções teóricas de Paulo Freire, David Ausubel, Jean Piaget, Vigotsky e Edgar Morin, que enfatizam o educando como um ser com capacidade de ação, crescimento, inteligência e criatividade.

Na sequência, são abordadas questões que permeiam a investigação referente à evasão escolar, respaldadas em pesquisas de autores que enveredaram na temática assim como em dados estatísticos publicados em âmbito nacional.

1.1 Concepções sobre o processo ensino-aprendizagem

O inciso III do art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 estabelece que cabe aos/às docentes a incumbência de zelar pela aprendizagem dos/as alunos/as. Há de entender-se que esse zelo está vinculado a um bom desempenho pedagógico que requer estudo, aperfeiçoamento sistemático, habilidade nas relações interpessoais com toda a comunidade escolar, equilíbrio emocional, enfim, competência profissional. Assim, constatamos que o/a professor/a

é o/a grande agente do processo educativo. No entanto, o sucesso deste processo vai além da ação docente. Como lembra Chalita:

A questão da aprendizagem supera a questão do ensino. O processo de aprendizagem, que é do professor e do aluno, tem de ser permanente. Ele faz com que a educação não se reduza a meros conteúdos decididos, de forma autoritária, por pessoas distanciadas das peculiaridades regionais e culturais. O enorme desafio do aprender a aprender é o desafio de formar seres aptos a governar a si mesmos, a desenvolver a liderança participativa, a aprender dizer sim e não. De que serve uma multidão de seres repetidores de ideias alheias sem capacidade de pensar por si mesmos?¹⁰

É conveniente também lembrar o que preconiza o Art. 205 da Constituição Federal quando se refere à responsabilidade pela formação educacional:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹¹

No que tange ao sucesso escolar dos/as discentes, essa temática tem sido objeto de preocupação e constantes diálogos nos espaços de educação entre os profissionais envolvidos no processo educativo bem como entre todos/as aqueles/as que compõem a comunidade escolar. Os indicadores de aprendizagem têm apresentado índices preocupantes de insucesso escolar. Conforme lembra Gadotti “Há uma ânsia por entender melhor porque está tão difícil educar hoje, fazer aprender, ensinar, ânsia para saber o que fazer quando todas as receitas governamentais já não conseguem responder.”¹²

As políticas pensadas e implementadas abrem um leque de perspectivas na busca de criar novos mecanismos que oportunizem o ingresso em instituições de educação a todas as pessoas, independente de idade, cor, raça, classe social. Mesmo assim, os instrumentos pensados não têm conseguido proporcionar o interesse pela apropriação do conhecimento tampouco garantir o sucesso e a permanência dos/as estudantes nas instituições de educação.

Para ajudar a vencer esse desafio há necessidade de descobrir-se mecanismos capazes de proporcionar a motivação e o interesse pelos conteúdos

¹⁰ CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. 13 ed. São Paulo: Editora Gente, 2004. p. 65.

¹¹ BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 maio. 2016.

¹² GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. p. 14.

trabalhados na escola, integrando-os às vivências do cotidiano a fim de que os/as alunos/as consigam galgar os níveis de escolaridade necessários para a sua integração na sociedade e ingresso no mercado de trabalho, uma vez que a ausência desse saber proporcionado pela escola pode vir a causar um estigma na vida dos indivíduos que interrompem sua escolarização.

Aqui vale reportar-se a Costa, quando diz:

Vemos no educando não um objeto, um paciente da ação educativa, mas, junto com o educador e por ele ajudado, um sujeito e um agente do processo. Costumamos afirmar que o papel do educando é educar-se e o papel do educador é criar espaços, organizar meios e produzir acontecimentos que façam a educação acontecer.¹³

Na perspectiva de encontrar mecanismos de motivação para que o/a aluno/a desperte para a importância do aprender, a mediação do/a professor/a é tarefa indispensável. De acordo com Freire, o/a educador/a assim como o/a educando/a são sujeitos da construção do saber e, juntos/as, transformam-se pois o ser ensinante também é um aprendente. Freire enfatiza que “o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos.”¹⁴ No entanto, há de admitir-se que muitos/as não comungam com essa afirmação, tampouco possuem a criticidade e a humildade de saber-se ser inacabado e conseqüentemente, em constante processo de aprendizado. Muitos/as são aqueles/as que desconectados/as das exigências de atualização que a profissão requer, alimentam a ideia de que aquilo que aprenderam pode continuar a ser repetido a cada ano e, portanto, negam-se a enxergar a necessidade da busca do conhecimento novo e das estratégias de mediação do saber tão fundamentais nessa dinâmica da relação professor/a-aluno/a.

Apesar de reconhecer-se o avanço nas políticas de incentivo à qualificação acadêmica e profissional por parte do poder público, ainda faz-se necessário maior incentivo para o aperfeiçoamento didático-pedagógico, especialmente para os/as professores/as da Educação Profissional e Tecnológica, adaptados/as à área técnica, que precisam familiarizar-se com as práticas educativas voltadas para o diálogo, a capacidade reflexiva, o desenvolvimento de competências e a interação

¹³ COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. São Paulo: Modus Faciendi, 1999. p.67

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 28.

com as disciplinas do núcleo comum para, assim, adquirir mais compreensão do contexto de sua ação docente e melhor contribuir com a efetiva formação integral do/a educando/a.

As etapas de formação inicial, inserção e desenvolvimento profissional deveriam estar muito mais inter-relacionadas para criar uma aprendizagem coerente e um sistema de desenvolvimento para os professores... Uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida para os professores implica, para a maioria dos países, uma atenção mais destacada para oferecer apoio aos professores em seus primeiros anos de ensino, e lhes proporcionar incentivos e recursos para seu desenvolvimento profissional contínuo.¹⁵

Aos/às professores/as cabe a incumbência de atuarem como facilitadores/as do processo de ensino-aprendizagem junto ao/a aluno/a, e essa tarefa requer atualização constante a fim de acompanhar as inúmeras transformações que ocorrem no mundo globalizado atual.

Uma estratégia que pode contribuir, sobremaneira, para facilitar o ensinar e o aprender é o trabalho interdisciplinar, oportunidade de as disciplinas fundamentarem-se de forma mútua a fim de proporcionar aos/às discentes maior compreensão, percepção clara dos fatos e apropriação dos conteúdos estudados. Importante frisar que, para ampliar a sua compreensão de mundo o/a aluno/a precisa de múltiplas e diferentes informações. Cada componente curricular traz suas peculiaridades, seus elementos históricos, filosóficos, estéticos. No instante em que eles se articulam e se entrelaçam propiciam a apreensão, construção e reconstrução de um conhecimento formulado a partir da compreensão que nasce das várias vertentes que surgem no embasamento fornecido por cada disciplina. O ensino, nessa dinâmica, poderá contribuir para que o aluno seja capaz de construir conhecimentos das diferentes ciências e adquirir competências e habilidades necessárias para concretização do seu projeto de vida.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua submissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos abjetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso "bancário" meramente transferido do perfil do abjeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se

¹⁵ MARCELO, Carlos. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. *Form. Doc.*, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p. 11-49, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/sumario/exibir/8>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível.¹⁶

Nesse sentido, é pertinente que os/as gestores/as educacionais empreendam atenção especial à orientação dos/as professores/as, intermediando a definição de princípios norteadores do processo ensino aprendizagem e, em paralelo, possibilitando a oferta sistemática de cursos de formação, capazes de estimular a construção e reconstrução de teorias e práticas que atendam as especificidades de realidades e saberes descobertos nas salas de aula, proporcionando assim o desenvolvimento de competências imprescindíveis ao desempenho profissional docente voltado para êxito do processo ensino-aprendizagem.

Para isso, a familiaridade com os processos e os produtos da pesquisa científica torna-se imprescindível na formação docente. A imersão dos futuros educadores em ambientes de produção científica do conhecimento possibilita-lhes o exame crítico de suas atividades docentes, contribuindo para aumentar sua capacidade de inovação e para fundamentar suas ações. É o mergulho em tal atividade que permite a mudança de olhar do futuro docente em relação aos processos pedagógicos em que se envolve na escola, à maneira de perceber os educandos e suas aprendizagens, ao modo de conceber e desenvolver o seu trabalho em sala de aula.¹⁷

Para que se possa evoluir no processo de produção científica, torna-se necessária a preparação dos pesquisadores, do/a educador/a ao/a aluno/a. Portanto, torna-se imperiosa a atitude de promover o incentivo aos/às estudantes a fim de que despertem para o desenvolvimento de habilidades criativas de elaboração do seu próprio conhecimento, ideias e conceitos, fundamentados nas informações disponíveis em quantidades e velocidades cada vez mais intensas. Eis uma ação que requer da escola a responsabilidade de repensar o método de trabalho adotado, abrangendo todos/as os/as profissionais comprometidos/as com a prática educativa, para, nesta dinâmica, ser capaz de motivar o/a educando/a a interpretar as informações e conceitos que lhe chegam assim como elaborar os seus próprios a partir de reflexões mais aprofundadas.

De acordo com Gadotti “Aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente. A pedagogia serve de guia para realizar esse

¹⁶ FREIRE, 2014, p. 28.

¹⁷ PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. *As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente*. p. 117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v20n68/a06v2068.pdf>>. Acesso em: 02 maio. 2016.

sonho”.¹⁸ Nessa ótica, vale ressaltar os conhecimentos requeridos de todos os elementos envolvidos no processo educativo a fim de que se torne possível estabelecer e utilizar mecanismos que possibilitem contribuir com os/as docentes na sua prática pedagógica, incentivando-os/as para o ato de planejar as atividades inerentes a sua ação e monitorá-las, a fim de fortalecer uma ação docente capaz de permitir ao/à aluno/a instrumentalizar-se para desenvolver o seu potencial, as habilidades, saberes e competências que extrapolam os conteúdos trabalhados em sala de aula. Brandenburg enfoca muito bem essa questão quando nos diz que “a reflexão sobre o papel docente e o planejamento educacional, aspectos essenciais no campo da Didática e da Metodologia, estão nos fundamentos da prática em sala de aula.”¹⁹

Nesse contexto, cabe ao/a educador/a buscar conhecer o/a seu/sua aluno/a e o universo que o/a rodeia, e ainda, respeitar os saberes que cada um/a carrega consigo, utilizando-os como instrumentos de reflexão na sala de aula, uma vez que fazem parte da cultura do/a educando/a e motivam o seu relacionamento com a escola, à medida que eles/elas se fazem presentes na rotina escolar. A mística do ensino-aprendizagem requer uma visão integral do/a aluno/a, no que se refere à sua autoestima, sua trajetória educacional, social e familiar, enfim, à sua verdadeira identidade.

Para que ocorra o real conhecimento do/a educando/a faz-se necessário o estabelecimento de uma relação de confiança, diálogo e respeito entre professor/a e aluno/a, relação esta que não deve ultrapassar os limites da ética e do cumprimento do dever.

A despeito dessa relação, Costa enfatiza que:

O trabalho do educador não se fecha no momento em que acontece; ao contrário, desdobra-se numa linha de tempo. Não foi por outra razão que o educador italiano Lucio Lombardo Radice afirmou que “a educação de hoje deve ser pensada no futuro”. Como o gesto de quem semeia, o que fazer do educador encontra, no plano da temporalidade, uma de suas dimensões essenciais.

O educando, nessa perspectiva, emerge diante do educador “como um feixe de possibilidades abertas para o futuro”. E se, como vimos, a relação educador-educando não se dá apenas pela mediação da palavra, se nela uma dimensão fundamental é a mediação dos acontecimentos, a criação

¹⁸ GADOTTI, 2003, p.11.

¹⁹ BRANDENBURG, Laude Erandi. *Metodologia e Didática do Ensino Superior*. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/newsletter/a4d1881684a0424ae95aa2f764e3dbdb.pdf>>. p. 7. Acesso em: 05 maio. 2016.

dos acontecimentos assume, para o educador, junto com a pronúncia e denúncia do mundo pela palavra, o duplo instrumento através do qual o caráter finalista do ato de educar se concretiza e expressa.²⁰

Nessa perspectiva, educar vai além de formar (pôr numa forma). A ação educativa precisa considerar os saberes que cada um/a carrega consigo, bem como a realidade social complexa e plural da atualidade além do momento histórico-cultural. É mister admitir que o papel do/a professor/a, assim como do/a aluno/a passou por mudanças importantes nas últimas décadas.

No princípio do século XX, pertencer ao sistema educativo – ser mestre ou professor – era um verdadeiro privilégio, que permitia a incorporação a um âmbito respeitável e prestigioso, com possibilidades de autorrealização e um sentido de pertencimento significativo. Hoje em dia, pelo contrário, o trabalho docente tem sido qualificado como um trabalho de risco, participando de quase todos os fatores considerados habitualmente como fonte de fadiga nervosa: sobrecarga de tarefas, baixo reconhecimento, atenção a outras pessoas, papel ambíguo, incerteza em relação à função, falta de participação nas decisões que lhe são concernentes, individualismo e impotência.²¹

Não obstante todo o esforço e dedicação necessários ao bom desempenho da função docente, a realidade da sala de aula tem exigido, a cada dia, mais preparação dos profissionais da educação.

Nos últimos anos, a sociedade fez uma crítica generalizada ao sistema de ensino. Os meios de comunicação costumam transmitir uma imagem negativa da realidade do ensino e da atuação dos professores. Essa ideia de que a sociedade não valoriza e subestima os mestres tem sido tema recorrente de muitos livros que se ocupam dessa questão. Além do mais, e como se não bastasse, os próprios docentes parecem estar convencidos de que efetivamente é assim.²²

Eis aí a grande questão que exige do ser humano, e não só dos/as educadores/as a constante busca do aprendizado e da reformulação das ideias e conceitos. Como lembra Freire, “A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem”.²³ Dessa maneira o processo educativo desponta como um instrumento de construção e reconstrução do indivíduo. Sendo assim, é preciso e urgente compreender o papel democrático que a educação

²⁰ COSTA, 1999, p.53

²¹ MARCELO, 2010, p. 10.

²² MARCELO, 2010, p. 10.

²³ FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 14.

estabelece, admitindo as possibilidades de mudanças que podem ocorrer por seu intermédio.

Se, em tempos passados, para ser considerado um bom mestre, era suficiente, através de repetições mecânicas transmitir bem seus conhecimentos e suas verdades e desempenhar o papel de autoridade no ambiente escolar, os dias atuais exigem que ele esteja ligado a toda e qualquer informação e mudanças tecnológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas para, junto ao educando, discutir, interagir e atuar na mediação do conhecimento, despertando toda a profundidade do aprender.

Conforme menciona Pinto:

O processo de ensino-aprendizagem implica a interação de três pólos: o aluno que busca aprender, o objeto do conhecimento e o professor que interage, buscando favorecer a aprendizagem. O professor é o orientador, o coordenador e o facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Para que sua orientação influa sobre os processos de construção do conhecimento, deve estar atento aos mecanismos das relações interpessoais nas interações com o educando, sem perder de vista que a ajuda pedagógica deve adequar-se às necessidades e características de seus alunos. Sua intervenção pedagógica deve contribuir para que o aluno, frente às motivações do contexto educacional, desenvolva sua capacidade de realizar aprendizagens significativas, aprendendo a aprender e construindo seus conhecimentos. A educação, assim, faz-se responsável pelo desenvolvimento do educando como um todo, considerando o interesse pela apropriação do conhecimento, a sistematização da criatividade, a habilidade nas relações de interação com o outro.²⁴

A ação educativa ocorre ao tempo em que se conta com um mundo em movimento, com subjetividades que se constroem e inter-relacionam com influências múltiplas. São marcantes as mudanças no mundo que desacomodam antigos conceitos e práticas. Há uma infinidade de perguntas que obriga o indivíduo a lidar com uma variedade de respostas, de possibilidades com caminhos diversos a serem definidos em cada situação. Precisa-se urgente repensar os processos de ensinar e aprender.

Uma tradição de pensamento bem enraizada em nossa cultura que molda espíritos desde a escola elementar nos ensina a conhecer o mundo por meio de ideias claras e independentes. Esta mesma tradição nos estimula a reduzir o complexo ao simples, a separar o que está ligado, a unificar o que é múltiplo, a eliminar tudo o que traga desordens ou contradições para o nosso entendimento. O problema crucial de nosso tempo é o da

²⁴ PINTO, Celeida B. Garcia Cintra. *A formação continuada do professor e o sucesso do processo ensino-aprendizagem*. Disponível em: <www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/article/.../408>. Acesso em: 02 maio. 2016.

necessidade de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas. Devemos reaprender a pensar.²⁵

Aqui cabe lembrar Delors quando diz: “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”.²⁶ É oportuno ressaltar que o trabalho em sala de aula exige do/a educador/a segurança no conhecimento que deve partilhar, assim como habilidade didático-metodológica e relacional capaz de mediar as situações vivenciadas na rotina escolar.

A aprendizagem, portanto, faz parte de um processo de construção em que, respeitando os conhecimentos prévios dos/as alunos/as, os/as professores/as possam utilizar métodos de ensino que despertem no/a discente a oportunidade de desenvolver suas percepções e conceitos referentes aos processos sociais, familiares, religiosas, culturais, econômicos, enfim, de tudo o que circula a sua volta.

Para que ocorra a verdadeira educação de qualidade faz-se necessário que o/a estudante seja instigado a desenvolver opinião própria, pensamento crítico e participação cidadã uma vez que, só assim, estará desenvolvendo competências humanas que o/a torna sujeito ativo do processo social do qual participa. A propósito dessa questão é oportuno frisar que:

A ONU formulou recentemente o conceito de “*desenvolvimento humano*”, tomando-o como “*oportunidade*”. A sociedade humana pode vir a ser oportunidade de vida que vale a pena, desde que seja *capaz* disso. Oportunidade pode ser feita, alargada, potencializada e, também, destruída, apequenada. Depende da qualidade de população, em termos de construir e de participar. O ser humano, com oportunidade, denota, sobretudo, as potencialidades que tem, suas esperanças e utopias, sua vontade de ser e, principalmente, sua capacidade de ser sujeito dessa peripécia.²⁷

Levando em conta a utilização de todos esses elementos pode-se pressupor a existência de uma aprendizagem significativa, isto é, a capacidade do/a aluno/a em estabelecer relação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula com os elementos que fazem parte das suas vivências. Quando essa relação deixa de

²⁵ MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 74.

²⁶ DELORS, Jacques (Org.) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

²⁷ DEMO, Pedro. *Educação e Qualidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994. p. 12. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

ocorrer entende-se que a compreensão não foi estabelecida, portanto, a aprendizagem deixou de acontecer.

Vale aqui alertar para o fato de que não só da ação docente depende o sucesso do/a aluno/a. A missão educativa requer um trabalho coletivo entre todos/as que compõem a comunidade escolar e, em especial, dos/as responsáveis pela implementação de práticas didático-pedagógicas integradas, que resultem na construção de uma postura ética comprometida com o bem-estar da sociedade.

Para Hermann:

A educação é, por excelência, o lugar do diálogo, portanto o lugar da palavra e da reflexão, que ultrapassa a apropriação dos conhecimentos para nos conduzir à formação pessoal. Desde que podemos dizer a palavra, estamos em constante conversação com o mundo, instaurando a própria possibilidade de educar.²⁸

O aprendizado que nasce através do diálogo, transforma, liberta. Ao falar de conhecimento emancipador como estratégia de transformação é preciso voltar os olhos para Paulo Freire.

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.²⁹

A realidade educacional, no entanto, ainda é de negação a essa dimensão histórica e social do processo educativo, difundida por Paulo Freire que permite ao/a educando/a tornar-se sujeito de sua própria história e contribuir com uma proposta de transformação da sociedade em que ele está inserido.

Para que ocorra uma mudança faz-se necessário que professores e professoras, demais educadores/as e instâncias dirigentes sejam parceiros/as a fim de desenvolverem atividades capazes de promover a aprendizagem a partir da relação entre o mundo ideal, teoricamente construído, e o mundo real do/a aluno/a, criando espaços participativos que vão resgatar, embora gradativamente, a subjetividade crítica do/a aluno/a agente do ensinar e aprender, corresponsável pelos processos em que se comprometem ambos, educador/a e educando/a.

Diante de todos esses aspectos vêm os questionamentos: a escola está sendo capaz de responder por todas essas responsabilidades que lhe são atribuídas? Ela está

²⁸ HERMAN, Nadja. *Hermenêutica e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 95.

²⁹ FREIRE, 2014, p. 59.

sendo capaz de provocar o interesse do/a aluno/a para as questões enfocadas em sala de aula? Os/as docentes têm sido capazes de estimular o interesse pelo estudo e pela pesquisa, tão necessários ao desenvolvimento da autonomia intelectual do/a discente e na preparação para o mundo do trabalho?

De acordo com matéria da Revista *Época*:

Jovens e adolescentes vão para a escola encontrar amigos. E isso não é um problema. A socialização é uma das habilidades que mais se desenvolvem a partir dos 14 anos. Assim como a capacidade para abstrair ideias e fazer relações entre diferentes áreas. Segundo o educador Mario Volpi, coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), essa é a fase em que os alunos aprendem mais rápido – se tiverem interesse. “A cabeça deles está a mil, a aprendizagem é fantástica”, diz. “Eles associam o que você diz com outras coisas, são criativos, questionadores.” O problema é que a escola não dá conta. Para Volpi, os professores não devem temer aulas barulhentas. Elas precisam ser dinâmicas para apropriar a interação entre os jovens e flexíveis para deixar sua identidade entrar.³⁰

À escola compete estabelecer os mecanismos de ação capazes de tornar o seu ambiente e o seu método atraentes a seus estudantes. Também necessita buscar parcerias com a família e a sociedade que possibilitem uma aproximação com a realidade vivenciada pelo/a aluno/a a fim de despertar o seu interesse em participar de maneira lúdica e prazerosa, da construção de um conhecimento que requer empenho e criatividade.

Ensinar é uma arte das mais complexas e dinâmicas pois, ajudar o outro a crescer depende da natureza do conhecimento e/ou da metodologia como é transmitido. Há, aqui, um grande desafio que é romper o senso comum do/a aluno/a receptor/a (educação bancária), que secularmente se perpetua, e construir espaços participativos que tenham significado para o/a estudante.

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que minimiza, que manda que "ele se ponha em seu lugar" ao mais ténue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.³¹

A educação trabalha com histórias de vida que se interrelacionam, se harmonizam e entram em conflito dado a existência de um conjunto de fatores que

³⁰ ARANHA, Ana. A escola que os jovens merecem. *Revista Época*, n. 587, ago. 2009.

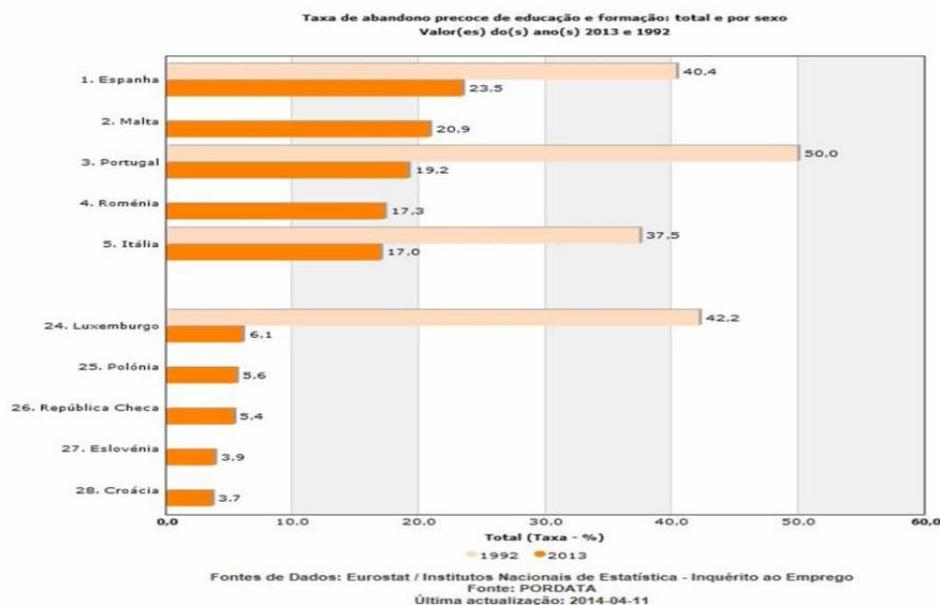
³¹ FREIRE, 2014, p. 58-59.

interagem ao mesmo tempo em cada um dos sujeitos envolvidos, professor/a e aluno/a. Partindo desta realidade, a metodologia que deu certo em uma turma pode não funcionar em outra. A aprendizagem que para um/a aluno/a foi efetivada em um tempo, para outro/a não é o suficiente. É aí que a prática educativa se depara com os seus inúmeros mistérios que vêm exigir do/a professor/a a busca da compreensão da realidade de cada discente e a troca generosa do diálogo para que, nessa interação, ocorra o resgate da postura crítica e autônoma do/a aluno/a, o grande agente na dinâmica ensinar e aprender.

1.2 Processo ensino-aprendizagem versus evasão escolar

Falar em evasão escolar é abordar um fenômeno que desafia inúmeros países, dentre eles o Brasil.

Figura 1 - Comparação da taxa de Abandono Escolar na EU (União Européia)



Fonte: RH +50 Associação Quadros Seniore³²

A propósito de Brasil:

O Ministério da Educação vai em busca dos jovens de 15 a 17 anos de idade que abandonaram os estudos. A busca ativa será iniciada em abril e contará com mobilização interministerial. A intenção é resgatar 1,6 milhão

³² RH +50 ASSOCIAÇÃO QUADROS SENIORES. Redução do abandono escolar precoce - uma meta a prosseguir, Estudos e Intervenções.

de alunos que deixaram de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo.³³

Esta foi a medida anunciada pelo então Ministro Aloizio Mercadante, durante a apresentação do Censo Escolar 2015, ocorrida no dia 23 de março de 2016.

Conforme informações divulgadas, os dados registrados no Censo Escolar permitirão localizar os municípios e bairros onde residem os/as alunos/as que abandonaram às escolas assim como as instituições onde estudavam. "Para o ministro, o desafio vai além de chegar à casa desses/as jovens, é convencê-los/as de que vale a pena investir nos estudos como uma ponte para um futuro melhor. "É preciso diálogo, entender por que eles deixaram os estudos", destacou."³⁴

As causas da evasão escolar, apontadas em estudos, pesquisas e diálogos são tantas que o fenômeno se tornou cada vez mais complexo. O que, inicialmente, podia ser considerado como um drama individualizado tornou-se um problema de muitos e, por conseguinte, de um grande aparelho que é o sistema educacional.

No que tange à legislação brasileira, conforme mostra-se a seguir, o direito à educação está assegurado na Constituição Federal de 1988 e detalhado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Plano Nacional de Educação, entre outros instrumentos legais que regulamentam as obrigações dos entes federados.

A Carta Magna estabelece o direito à educação em vários trechos.

Ao tratar dos Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)³⁵

No capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

³³ INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Ministério vai intensificar as políticas públicas de combate ao abandono escolar*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/ministerio-vai-intensificar-as-politicas-publicas-de-combate-ao-abandono-escolar>. Acesso em: 27 maio. 2016.

³⁴ INEP, 2016.

³⁵ BRASIL, 1988.

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.³⁶

Ainda no mesmo capítulo, estabelece os princípios da educação:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).³⁷

Reiterando o comprometimento com a educação, especifica as obrigações do Estado, ao definir:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

³⁶ BRASIL, 1988.

³⁷ BRASIL, 1988.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.³⁸

A LDB 9.394/96, traz a seguinte regulamentação, já tratada na Carta Magna:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.³⁹

Também o Art. 53 do ECA, assim estabelece:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.⁴⁰

Não obstante todas as garantias definidas, observa-se é que a educação não tem conseguido alcançar a todos que por ela estão amparados, no que tange ao cumprimento dos níveis de escolarização dentro da idade ideal e fora dela nem tampouco atender as condições de acesso, permanência e êxito, tão defendidos nas leis que regem a educação nacional. É mister admitir que a história da escola brasileira está marcada pelo insucesso e a evasão escolar de uma parte significativa de seus alunos.

O Brasil tem hoje, em média, apenas 7,5 anos de educação/escolarização de sua força de trabalho, com elevado número de analfabetos (cerca de 14 milhões), baixa taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos no ensino médio (cerca de 50%) e baixa taxa líquida da população de 18 a 24 anos na educação superior (cerca de 14%). São condições que precisam ser superadas, pois interferem na melhoria da distribuição de renda e nos

³⁸ BRASIL, 1988.

³⁹ BRASIL. *LDB: LEI De Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº. 9394, de 1996. Art. 36-B e 36-C, Seção IV-A, Cap. II. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 maio. 2016

⁴⁰ ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei 8069/1990*. Fórum DCA-Ceará. p. 22

processos de trabalho, saúde e educação ambiental, contribuindo para a superação da exclusão social.⁴¹

Nesse contexto, surge uma questão maior e extremamente preocupante pois fica difícil identificar-se quem são os culpados/as e/ou responsáveis pela considerável parcela da população em idade escolar que se encontra excluída desse processo. O Estado, a família e a sociedade têm incumbências bem definidas na legislação, de orientar crianças e jovens em seu percurso sócio educacional e é possível admitir, de acordo com documento do UNICEF:

Nos últimos anos, as políticas públicas de Educação têm procurado responder a alguns desafios como: a repetência, a distorção idade-série, a inadequação dos currículos, a capacidade de atrair os adolescentes para a escola e os estudos. Busca-se qualidade para o ensino e há passos importantes nessa direção.⁴²

Para garantir o direito de aprender dos mais de 20 milhões de adolescentes brasileiros, o Brasil tem feito avanços concretos, com políticas consistentes de financiamento e de monitoramento e avaliação do ensino, passo fundamental para a formulação de estratégias efetivas e eficientes. Tem buscado enfrentar os graves fenômenos da repetência e da distorção idade-série, que, no limite, terminam por expulsar milhares de meninos e meninas das escolas todos os anos.⁴³

Mas, porque essas ações não conseguem melhorar os resultados? O Documento Referência da CONAE 2010 afirma que “Nas diversas instâncias do poder público - União, estados, Distrito Federal e municípios – pode-se perceber o esforço em atender às demandas sociais por educação básica, porém de uma forma focalizada e restrita.”⁴⁴

Pelos dados estatísticos que são colhidos, a cada ano, fica evidente que as ações não estão conseguindo tolher o avanço do insucesso escolar.

“De todos os ciclos da educação básica, o que se encontra em pior situação é o ensino médio, onde a queda de matrículas tem sido registrada pelo Ministério da

⁴¹ BRASIL. *Ministério da Educação, Conae 2014: Conferência Nacional de Educação: documento-referência* / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta. 2013. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf>. Acesso em: 07 maio. 2016

⁴² UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília, DF, 2011. p. 83.

⁴² UNICEF, 2011, p. 80.

⁴³ UNICEF, 2011, p. 80.

⁴⁴ BRASIL. *Ministério da Educação, Conae 2010: Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2016.

Educação desde o início da década.”⁴⁵ Diante da complexidade do processo, além da diminuição na matrícula, ainda se registra um percentual significativo de alunos/as que se evadem nas diferentes etapas em que se dá o ensino médio, conforme é possível observar nas tabelas 01, unidade territorial Brasil e 02 – unidade territorial Ceará, a seguir:

Tabela 1 - Taxa de abandono escolar ensino médio – Brasil

Período	Total Abandono %	Abandono na 1a.serie %	Abandono na 2a.serie %	Abandono na 3a.serie %	Abandono na 4a.serie %
2010	12,5	9,6	7,6	6,3	10,3
2011	9,5	11,8	8,8	7	7,5
2012	9,1	11,6	8,5	6,3	5,4
2013	8,1	10,1	7,5	5,6	6,6
2014	7,6	9,5	7,1	5,2	5,8

Fonte: Confeccionada pela pesquisadora a partir de dados do MEC/INEP/Censo Escolar⁴⁶

Fazendo uma análise da tabela 01, constata-se que em âmbito nacional há um decréscimo quando observa-se o percentual referente ao abandono na 4ª série e no total geral da evasão, ocorrida no espaço temporal de 2010 a 2014, período de desenvolvimento da pesquisa. No que se refere as 1ª, 2ª e 3ª séries verifica-se que houve um aumento da taxa de evasão no ano de 2011, com relação ao ano de 2010 mais que há uma queda gradativa nas mesmas séries a partir de 2011.

Reportando-se a tabela 02, onde estão apontados os mesmos indicadores, com foco no Estado do Ceará, o comportamento da evasão é similar a realidade nacional, apresentando alterações mínimas.

Tabela 2 - Taxa de abandono escolar ensino médio – Ceará

Período	Total Abandono %	Abandono na 1a.serie %	Abandono na 2a.serie %	Abandono na 3a.serie %	Abandono na 4a.serie %
2010	10,6	13,1	10,2	7,4	6,3
2011	11,5	14,2	11,2	8,2	5,7
2012	9,7	12,3	9,5	6,4	12,2
2013	8,5	11,1	8	5,6	7,4
2014	7,9	10,5	7,4	5,1	2,3

Fonte: Confeccionada pela pesquisadora a partir de dados do MEC/INEP/Censo Escolar.

⁴⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão: 079.2.55.O.

⁴⁶ IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. Abandono escolar por série - Ensino Médio (série nova) Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=abandono-escolar&vcodigo=M15>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

Os dados contidos na tabela 02, mostram que, no estado do Ceará, ocorreu um aumento do abandono do ano de 2010 para 2011, nas 1ª, 2ª, 3ª séries e no total geral, com decréscimo, nas mesmas séries, no período de 2011 a 2014. Com relação à 4ª série do ensino médio, destaca-se um comportamento diferenciado pelo fato de haver alternância de percentual, com registro de queda a partir de 2012.

É imperiosa a necessidade de apressar as intervenções, até porque ficar matriculado não é o suficiente. A aprendizagem significativa, a conquista das competências e habilidades para cada etapa do processo educativo é fator preponderante para justificar-se a permanência uma vez que a falta dessa sequência gera insucesso com conseqüente desnível entre a idade e a escolaridade atingida, a tão ameaçadora defasagem idade-série.

A escola brasileira precisa banir de sua história o marco de insucesso dessa parcela significativa de seus/suas alunos/as. É necessário implementar mudanças a fim de que haja, verdadeiramente, universalização do acesso e que o ingresso na escola seja sucedido pela permanência com qualidade de atendimento e acompanhamento pois é com a qualidade que se estará proporcionando o sucesso.

Os números deixam claro que o País não conseguirá atender às determinações constitucionais que obrigam que todas as crianças, adolescentes e jovens na faixa etária entre 4 e 17 anos estejam na escola até o final de 2016. Segundo estimativas das próprias autoridades educacionais, cerca de 2,2 milhões de crianças que deveriam estar na pré-escola e no ensino médio estão sem estudar. Desse total, 600 mil têm entre 4 e 5 anos de idade e 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos.⁴⁷

Fica aqui o grande desafio referente a adoção de estratégias capazes de promover a permanência e o sucesso dos/das jovens no ambiente escolar.

Uma das estratégias do MEC será o investimento no ensino técnico profissional. De acordo com o Censo Escolar 2015, existem hoje 1,9 milhão de estudantes matriculados na educação profissional. Mercadante lembra que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Pronatec a distância podem ser um caminho para aumentar o interesse dos jovens que estão fora da escola.⁴⁸

É incontestável que o país precisa acelerar o aprofundamento dos debates e o desenvolvimento de pesquisas capazes de indicar as causas dos problemas que

⁴⁷ ESTADÃO. O Censo da Educação Básica. *Editorial Estadão*. Disponível em: <<http://www.opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-censo-da-educacao-basica,1854751>>. Acesso em: 27 maio. 2016.

⁴⁸ INEP, 2016.

tanto afetam a educação nacional. E a evasão é um dos temas que requerem atenção especial uma vez que promove a baixa autoestima e o afastamento do/a aluno/a de sua participação na sociedade de forma crítica e consciente.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O segundo capítulo traz uma breve contextualização da educação profissional no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, discorrendo sobre a criação das referidas instituições e o conjunto de finalidades e abrangência de sua oferta, definidas por Lei.

Descreve também sobre as modalidades de cursos oferecidos e a sua missão institucional.

Em seguida, apresenta um relato conciso sobre o IFCE *campus* Juazeiro do Norte e sobre o curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.

2.1 Educação Profissional nos Institutos Federais de Educação

O centenário da criação da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil foi o marco histórico da criação dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que nasceram com a definição de realizar uma proposta pedagógica estruturada para atender às grandes transformações e avanços tecnológicos e sociais do mundo atual.

Desde a sua criação, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizizes e Artífices, a instituição registra em sua história um contínuo processo de evolução, com significativo crescimento da Educação Profissional, atuando em todos os níveis da educação tecnológica, contribuindo assim para o desenvolvimento do ensino em todo o território brasileiro.

A nova formatação da rede agregou novos desafios, tendo como finalidade, entre outras:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;⁴⁹

O conjunto de finalidades definido na Lei nº 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, direciona a atuação dos Institutos Federais para um trabalho articulado com as redes públicas de educação básica, embasado numa estrutura curricular comprometida com a qualidade da educação profissional e tecnológica. O compromisso dos Institutos Federais também está direcionado para ações de ensino, pesquisa e extensão que repercutem no desenvolvimento local, regional e nacional, tendo como características o “desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino”.⁵⁰

A abrangência de sua oferta educativa atende o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, no que se refere a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme discrimina-se a seguir:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

I - articulada com o ensino médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

⁴⁹ BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 07 abril. 2016.

⁵⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal*. Brasília, Ministério da Educação, 2014. p. 9.

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).⁵¹

Além da modalidade Integrada, Concomitante e Subsequente, os cursos técnicos ainda são ofertados no formato de:

EJA: para ser aluno, o candidato deve ser maior de 18 anos e possuir o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto.

e-Tec: a Rede e-Tec Brasil visa a oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos.

Pró-funcionário: a rede e-Tec também oferece o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, que oferta, por meio do ensino a distância, formação técnica, em nível médio, aos funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino.⁵²

Ainda se referindo à abrangência da missão educativa dos Institutos Federais, vale ressaltar que:

O Ministério da Educação, reconhecendo a prontidão dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da educação tecnológica e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu entre as suas finalidades a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.⁵³

O reconhecimento das potencialidades das Instituições Federais de Ensino Técnico e Tecnológico e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país, através da qualificação profissional da população jovem e adulta, direcionaram as decisões do Governo Federal para implementação de um programa de expansão da rede “articulando-a com ações de desenvolvimento territorial

⁵¹ BRASIL, LDB, 2016.

⁵² IFCE – Instituto Federal do Ceará. *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018*.

⁵³ PACHECO, Elieser. *Os Institutos Federais uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3787-cartilha-eliezer-final&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 maio. 2016.

sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados”.⁵⁴

Além da necessidade de preparar profissionais aptos para atender as exigências do mercado de trabalho em constante avanço tecnológico a proposta pedagógica dessas instituições procura voltar-se para a capacidade de proporcionar formação humana e cidadã capazes de interpretar a sociedade atual e atender aos desafios que o desenvolvimento econômico e cultural requer.

A integração do ensino médio convencional com a educação profissional tem o objetivo de aumentar as oportunidades de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma mais qualificada e, portanto, dentro do conceito de trabalho decente, que inclui direitos trabalhistas e proteção social. O ensino regular combinado com o ensino técnico-profissionalizante permite ao adolescente desenvolver sua formação de caráter geral junto com a preparação para o trabalho.

Essa modalidade vem assim ganhando mais escolas, mais recursos, mais vagas nos últimos anos no País, nas cidades e no campo. Entre 2002 e 2010, o número de matrículas na educação profissional aumentou quase 90%, atingindo a marca de 991 mil alunos, sendo que 524,2 mil deles no sistema público.⁵⁵

“Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais”.⁵⁶

“Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira.”⁵⁷ Reportando-se ao acesso à Educação Profissional e Tecnológica vale lembrar as colocações de Pacheco:

Essencial à realização desses objetivos é a adoção de medidas consistentes para democratizar o acesso aos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sob pena de a expansão e a qualificação desse sistema serem apropriadas pelas minorias já tão privilegiadas.⁵⁸

⁵⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes*. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 maio. 2016.

⁵⁵ UNICEF, 2011, p. 86.

⁵⁶ PACHECO, 2016.

⁵⁷ BRASIL, 2010.

⁵⁸ PACHECO, 2016.

Ao vivenciar a realidade dos Institutos Federais, de forma específica o IFCE, são notórias as ações de inclusão que vêm sendo adotadas objetivando oportunizar a toda comunidade estudantil o ingresso e a permanência nessas instituições de educação. De forma especial, algumas estratégias têm sido percebidas com relação a mudança de regras para a seleção dos/as estudantes, como, por exemplo, a adoção do sistema de cotas, assim como a oferta de cursos em tempo integral.

Nessa trajetória centenária pode-se observar passos importantes dos gestores públicos no intuito de cumprir o que estabelece a legislação com vistas a proporcionar aos brasileiros, a oportunidade de acesso à educação.

É mister afirmar que houve um significativo avanço na democratização do acesso. No entanto percebe-se que o ingresso do/a estudante nas instituições de educação vem acompanhado da necessidade de garantia das condições de permanência e êxito. Para isso torna-se imperativo a adoção medidas que assegurem investimentos capazes de mediar a continuidade da frequência dos/as alunos/as nos cursos escolhidos e ainda o sucesso, no que diz respeito a condição de aprendizagem e conseqüente conclusão de cada uma das etapas de escolaridade. E é aqui que paira o grande desafio pois essa não é uma ação solitária.

O documento base do Ministério da Educação define muito bem a necessidade do comprometimento da sociedade:

No entanto, tal política somente logrará êxito se, para além dos esforços governamentais, a sociedade civil entendê-la como necessária e adequada à formação de seus cidadãos e com ela comprometer-se, visando o enriquecimento e consolidação desse projeto.⁵⁹

Para que os Institutos Federais obtenham sucesso e possam garantir a marca de centro de excelência na oferta de educação profissional há necessidade de se pensar em inúmeras ações de melhoria nos aspectos internos aos cursos/instituições, entre elas as que repercutam na melhoria da formação dos profissionais, com a definição de políticas de valorização que proporcionem a oferta de capacitação técnica e atualização aos/as servidores/as, além do estabelecimento de parcerias envolvendo os diversos segmentos da sociedade e da família.

⁵⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. 2007.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2016.

Assim, pensamos que a primeira providência para se implantar o ensino médio integrado é a geração de tempos e espaços docente para a realização de atividades coletivas. Por vezes, pode ser pertinente a realização de seminários e encontros com convidados externos, tais como intelectuais e gestores da educação, proporcionando a discussão sobre concepções e políticas, oportunizando à comunidade escolar a apresentação de questões conceituais e operacionais, numa estratégia de envolvimento dos educadores e estudantes com o tema. Isso, entretanto, não é suficiente. Realizar oficinas, cursos e debates na esfera regional, reunindo diversas escolas é também profícuo. Não obstante, é fundamental dar continuidade a processos mais locais e interativos, pois os educadores precisam, no diálogo entre si, perceber que um projeto dessa natureza é necessário e possível na sua escola; que não é “uma ilusão de intelectuais”, ou “uma promoção da secretaria ou do MEC que passará quando chegar a outra gestão”.⁶⁰

Reportando-se a essa questão, o Documento - Referência da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014 ressalta:

Nesse cenário, um grande desafio está associado ao desenvolvimento científico e tecnológico. A educação, a ciência e a tecnologia tornaram-se elementos fundamentais nos processos de desenvolvimento econômico e social no contexto de reestruturação produtiva e da chamada sociedade do conhecimento. As demandas por tecnologia e por inovação constante requerem o fortalecimento da investigação científica, o que requer maiores investimentos nas universidades públicas, nos grupos, redes e laboratórios de pesquisa. Tal empreendimento deve ser acompanhado de formação de recursos humanos de alto nível, incluindo equipes multidisciplinares, trabalho em equipe e redes de pesquisadores.⁶¹

Voltando-se para o cumprimento de sua missão institucional cabe aos Institutos Federais a incumbência de procurarem exercer o seu verdadeiro papel social, disseminando conhecimento e buscando atender as demandas que a sociedade está a exigir com vistas a superação das desigualdades sociais, fomento das tecnologias e sustentabilidade sócioambiental.

2.2 A expansão da rede profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

O movimento de expansão e de interiorização da educação profissional pública federal teve início em 2006, sendo intensificado em 2008, a partir da instituição da Rede Federal e a criação dos Institutos Federais.

⁶⁰ BRASIL. Ministério da Educação. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. 2007.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2016.

⁶¹ BRASIL, Conae 2014.

A primeira fase dessa expansão teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados não detentores dessas instituições, e outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios do interior dos estados, distantes de centros urbanos, onde os cursos pudessem estar articulados com os arranjos produtivos sociais e culturais locais de geração de emprego.⁶²

Na segunda fase da expansão, que utilizou o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, ficou estabelecida a instalação de 150 novas unidades de ensino e a definição de uma meta de alcançar 562 unidades de ensino até o final de 2014.

Nesse cenário encontra-se inserido o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que há mais de um século, oferta Educação Profissional com um nível de qualidade reconhecido pela comunidade educacional. Sua estrutura organizacional segue padrão estabelecido pelo MEC e possui como órgão de gestão principal a Reitoria cuja sede encontra-se situada em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Com o crescente estágio de expansão, ocorrido nos últimos anos, o IFCE vem proporcionando formação a estudantes em 27 campi distribuídos no Estado do Ceará, com atuação em cerca de cinquenta cidades cearenses contando ainda com 05 outros em processo de implantação. No intuito de unificar as ações voltadas para o atendimento à população educacional, todas as Unidades vêm atuando com a missão de “produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”.⁶³

Trata-se de uma instituição tecnológica que investe em pesquisa e inovação, atuando também em defesa do meio ambiente, da produção artística e cultural e desporto.

Dentre as suas finalidades, pode-se destacar, conforme preconiza o seu PDI:

⁶² BRASIL. Ministério da Educação. *Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes. 2010.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 maio. 2016.

⁶³ IFCE. *Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2014/2018*, fev., 2015. p. 23.

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.⁶⁴

Em pleno processo de crescimento o IFCE conta, atualmente, com mais de 2.700 servidores⁶⁵ e uma matrícula de 24.770 alunos/as, em setenta e seis cursos técnicos, e quarenta cursos superiores dos/as quais, 11.283 estão matriculados/as em cursos técnicos, no formato concomitante, integrado e subsequente⁶⁶, atendendo o que preceitua o Art. 36-C, seção IV-A, do Capítulo II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a oferta de cursos da instituição atende aos seguintes níveis e modalidades:

- Cursos técnicos de nível médio subsequentes e/ou concomitantes;
- Cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA;
- Educação tecnológica de graduação;
- Cursos de Licenciaturas;
- Cursos de Bacharelado/Engenharia;
- Programa de pós-graduação;
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC;
- PROGRAMA MULHERES MIL;
- CID (Centro de Inclusão Digital).

Cabe destacar que o movimento de expansão do IFCE tem exigido constantes reestruturações da infraestrutura já existente em seus diversos campi, para atender as demandas já apresentadas pela comunidade escolar assim como para criação de novos cursos, no que se refere a salas de aula, ambientes administrativos, de convivência e lazer, laboratórios, bibliotecas e acessibilidade.

Além dos espaços físicos o grande desafio da instituição é dotar as unidades com equipes de profissionais capazes de atender, com qualidade, a oferta de cursos existentes e garantir a implantação de outros haja vista que, apesar de

⁶⁴ IFCE, 2015, p. 23.

⁶⁵ IFCE. *Revista IFCE 2016*. Disponível em: <http://www.ifce.edu.br/comunicacao-social/revista_arquivos/revista_ifce_2016.pdf>. Acesso em 10 maio. 2016.

⁶⁶ IFCE. *Matrículas Realizadas*. Disponível em: <<http://www.ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

que algumas políticas públicas implantadas nos últimos tempos tenham possibilitado a contratação de servidores, ainda existe um déficit significativo a ser corrigido.

No que se refere a permanência do/a discente na instituição, o IFCE assegura o serviço de Assistência Estudantil, ancorado no Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007) e no Decreto Nº 7234/2010-PNAES, desenvolvido sob a forma de serviços, auxílios e bolsas a estudantes que atendem aos critérios estabelecidos em seu regulamento, atentando ainda para os seguintes objetivos:

- I - reduzir as desigualdades sociais;
- II - incentivar a participação da comunidade do IFCE em ações voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social;
- III - ampliar as condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social;
- IV - promover o acesso universal à saúde, ancorado no princípio da integralidade, reunindo ações e serviços de acordo com a realidade local, de modo a fortalecer a educação em saúde;
- V - contribuir para a inserção do aluno no mundo do trabalho, enquanto ser social, político e técnico.⁶⁷

Vale ressaltar que os recursos orçamentários destinados à Assistência Estudantil precisam ser repensados uma vez que são insuficientes para atender aos/as estudantes que procuram e cumprem os critérios estabelecidos.

Com base nessa realidade conclui-se que o processo de expansão ainda requer a adoção de melhorias capazes de proporcionar a permanência exitosa dos/as discentes em curso bem como de proporcionar o ingresso de novos/as estudantes.

2.3 Breve histórico do IFCE *campus* Juazeiro do Norte

Localizado na Região Centro Sul do Cariri, o *campus* de Juazeiro do Norte teve a sua inauguração em dezembro de 1994, passando a funcionar em setembro de 1995 com o objetivo de interiorizar o ensino técnico e contribuir para o desenvolvimento da região do Cariri. Os cursos técnicos em Edificações e Eletrotécnica, integrados ao ensino médio, marcaram o início das atividades desse *campus* que passou a oferecer, posteriormente, cursos tecnológicos seguidos pela Licenciatura em Matemática, ocorrida no ano de 2003.

⁶⁷ IFCE. *Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE*, 2015.

O referido *campus* está instalado no município de Juazeiro do Norte, pertencente à Região Metropolitana do Cariri, anteriormente conhecida como “triângulo Crajubar”, por apresentar uma distância muito próxima dos municípios do Crato, que se destaca na região pelo pioneirismo na oferta de educação e promoção de atividades culturais e Barbalha, município reconhecido pelo próspero desenvolvimento no setor de saúde. O município de Juazeiro do Norte encontra-se equidistante cerca de 570 Km das principais capitais do Nordeste e constitui-se social, econômica e politicamente como uma das mais importantes regiões cearenses, tendo em vista a sua localização geográfica, a sua importância histórica e social, bem como ao desenvolvimento econômico, sempre atraindo empreendimentos nas áreas de indústrias, comércio e serviços.⁶⁸

É importante observar que, nesse serviço de atendimento educacional e qualificação profissional à população, a atuação do *campus* Juazeiro do Norte abrange aproximadamente 30 municípios próximos, localizados no Estado do Ceará bem como nos estados fronteiriços da Paraíba, Piauí e Pernambuco, contribuindo para que os/as estudantes dessas regiões possam cumprir suas etapas de escolarização e formação profissional sem a necessidade de deslocamento oneroso e muitas vezes interrompido, para as capitais dos estados, o que ocorria em tempos anteriores à criação do *campus*.

A seguir, é possível visualizar o raio de atuação do IFCE *campus* Juazeiro do Norte através do Mapa 1:

⁶⁸ PLANO de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2014/2018, fev., 2015. p. 10

Continuada e Cursos Técnicos, tendo o *campus* optado pela oferta na modalidade FIC.

Ao longo de todos os anos de funcionamento o IFCE *campus* Juazeiro do Norte também tem desenvolvido atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, promovendo cursos, eventos e programas de cunho científico e tecnológico, com o propósito de melhorar o nível intelectual, cultural e de socialização da população caririense.

2.3.1 Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFCE, *campus* Juazeiro do Norte

Com oferta inicial desde a fundação do IFCE *campus* Juazeiro do Norte o Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio veio atender a demanda natural para a indústria da Construção Civil, desde a fase do planejamento, bem como de execução e de manutenção das edificações.

O crescimento real desordenado na Construção Civil, sem o acompanhamento técnico devido, aponta para a necessidade de preparação de profissionais que, ao serem inseridos no mercado local e regional, possam modificar, em médio e longo prazo, o “*modus faciendi*” do setor de construção.

Assim, partindo da compreensão de que a educação é o exercício de uma prática social transformadora, a oferta desse curso vem ao encontro do atendimento de uma carência local e regional, visando à formação integral de cidadãos tecnicamente comprometidos com as transformações sociais, político-culturais e habilidade para atuar no mundo do trabalho de maneira ética e responsável.⁶⁹

Aqui vale ressaltar que:

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a

⁶⁹ IFCE, *campus* Juazeiro do Norte. *Projeto Pedagógico Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio (PPC)*. Juazeiro do Norte. 2010.

dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.⁷⁰

Muito pertinente a observação de Morin referente ao conhecimento técnico, que serve de alerta aos educadores para a necessidade de apresentarem aos seus alunos realidades locais sempre associadas aos acontecimentos do mundo, evitando-se a valorização dos acontecimentos e conhecimentos fragmentados uma vez que dificultam o entendimento e o conhecimento global.

Os avanços disciplinares das ciências não trouxeram apenas as vantagens da divisão do trabalho, trouxeram também os inconvenientes da hiperespecialização, do parcelamento e da fragmentação do saber. Este tornou-se mais e mais esotérico (acessível apenas aos especialistas) e anônimo (concentrado nos bancos de dados e utilizado por instâncias anônimas, a começar pelo Estado). Da mesma forma, o conhecimento técnico está reservado aos especialistas, cuja competência em uma área fechada é acompanhado de incompetência quando esta área é parasitada por influências externas ou modificada por algum acontecimento novo. Nessas condições, o cidadão perde o direito ao conhecimento. Tem o direito de adquirir saber especializado ao fazer estudos *ad hoc*, mas é despojado na qualidade cidadão, de qualquer ponto de vista global e pertinente.⁷¹

Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta como objetivo geral:

Formar profissionais competentes técnica, ética e politicamente, capazes de desenvolver atividades ou funções típicas da área segundo os padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho do técnico observadas as normas de preservação ambiental, de segurança do trabalho e de qualidade.

No que tange aos requisitos de acesso, o PPC do curso estabelece que esse processo ocorrerá por meio de seleção aberta ao público que tenha Ensino Fundamental completo, cujos interessados deverão inscrever-se em Edital específico do qual constarão os cursos com as respectivas vagas, documentação exigida para a inscrição e demais informações úteis.⁷²

No intuito de atender aos objetivos propostos é que se estabeleceu uma proposta curricular embasada nas:

[...] determinações legais presentes na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos

⁷⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília: MEC/Setec, dez. 2007.

⁷¹ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. p. 111.

⁷² IFCE. PPC Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio. Juazeiro do Norte, 2010.

Decretos nº. 5.154/2004 e nº. 5.840/2006 nas Resoluções CNE/CEB nº. 01/2000, nº. 01/2004 e nº. 01/2005, bem como nas diretrizes definidas no projeto pedagógico do IFCE”.⁷³

O Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio tem duração de oito semestres letivos formatado com disciplinas que atendem a dois campos do conhecimento (científico e tecnológico) proporcionando, ao final do curso “uma sólida base de conhecimento científico, tecnológico e humanístico”.⁷⁴

Atendendo ao que estabelece o artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº. 1/2005, a matriz do curso está organizada com uma carga horária total de 3.780 horas, sendo que 300 horas são destinadas ao estágio supervisionado (opcional para o/a aluno/a) com certificação única de conclusão do Ensino Médio e diplomação técnica de nível médio em Edificações.

Com essas questões salientamos que a integração de conhecimentos no currículo depende de uma postura epistemológica, cada qual de seu lugar, mas construindo permanentemente relações com o outro. O professor de Química, de Matemática, de História, de Língua Portuguesa etc., podem tentar pensar em sua atuação não somente como professores da formação geral, mas também da formação profissional, desde que se conceba o processo de produção das respectivas áreas profissionais na perspectiva da totalidade.⁷⁵

⁷³ IFCE, 2010.

⁷⁴ IFCE, 2010.

⁷⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Brasília: MEC/Setec, dez. 2007. p. 52-53.

3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

3.1 Dados Gerais

No decorrer deste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos pela pesquisa documental realizada no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Juazeiro do Norte, que possibilitam realizar análises e considerações acerca da evasão e do perfil dos/as alunos/as evadidos/as, nos períodos letivos de 2010.1 a 2015.1.

Para coleta de dados, foram realizados contatos institucionais relativos a solicitação de adesão à pesquisa. A partir do aceite, solicitou-se a contribuição dos setores envolvidos, de forma específica da Diretoria de Ensino – DE e da Coordenadoria de Controle Acadêmico - CCA com vistas a disponibilização dos documentos necessários para comporem a fonte das informações.

A investigação ocorre por meio da coleta de dados nos históricos escolares dos/as alunos/as, utilizando-se o Sistema Acadêmico do IFCE *campus* Juazeiro do Norte, assim como da análise dos questionários socioeconômicos que são preenchidos pelos/as discentes, no ato da matrícula, o que possibilitou o resgate dos dados de todos/as os/as alunos/as do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio que ingressaram na instituição nos semestres 2010.1, 2010.2 e 2011.1, com observância da situação escolar relativa ao momento da investigação no que se refere a alunos/as ingressantes, evadidos/as, concluintes e, em processo, isto é, ainda matriculados/as no curso.

A escolha desses períodos escolares justifica-se pelo fato dos/das alunos/as matriculados/as nos semestres selecionados estarem ainda na instituição por ocasião do início da pesquisa, bem como por representarem a realidade atual dos indicadores escolares.

Destaca-se a possibilidade de entender-se que essa é uma amostra pequena no universo dos cursos técnicos profissionalizantes, no entanto compreende-se que representa uma realidade maior e que servirá de subsídio para buscar-se compreender o fenômeno da evasão nos demais cursos da educação profissional do IFCE.

Enveredando sobre a pesquisa bibliográfica constata-se a existência de poucos estudos que abordam a temática objeto de estudo.

Para fundamentar essa investigação serão trazidos ao texto a contribuição de autores que abordam problemas voltados para a educação, de forma específica a questão do processo ensino-aprendizagem e do fracasso/evasão escolar, tratados em artigos, periódicos acadêmicos, dissertações, teses e livros publicados no Brasil, bem como a legislação educacional brasileira.

Conforme Machado e Moreira:

A ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou. E se a democratização do ensino significa o acesso dos estudantes à escola e a sua permanência nos estudos, a crise em desses dois termos se mostra um problema. A evasão se refere justamente aos fatores que levam o estudante a não permanecer nos estudos. É, portanto, uma questão relacionada à democratização da escola técnica no país.⁷⁶

É visível a necessidade da ampliação de estudos que deem suporte à implementação de políticas públicas capazes de intervir eficazmente e atenuar os indicadores do fracasso escolar.

A evasão escolar deve ser investigada desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Superior. Um estudo coordenado pela professora Rosemary Dore Heijmans, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), trata especificamente do abandono escolar nas escolas técnicas de nível médio. Segundo ela, embora haja muitas pesquisas sobre o tema, quase não há estudos sobre a evasão nas escolas profissionalizantes.⁷⁷

3.2 Caracterização da amostra

Os primeiros dados levantados envolvem 103 (cento e três) alunos/as, todos/as matriculados/as no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Juazeiro do Norte, dos/as quais 95 (noventa e cinco) representam o universo pesquisado, com idade entre 13 (treze) e 19 (dezenove) anos, com média

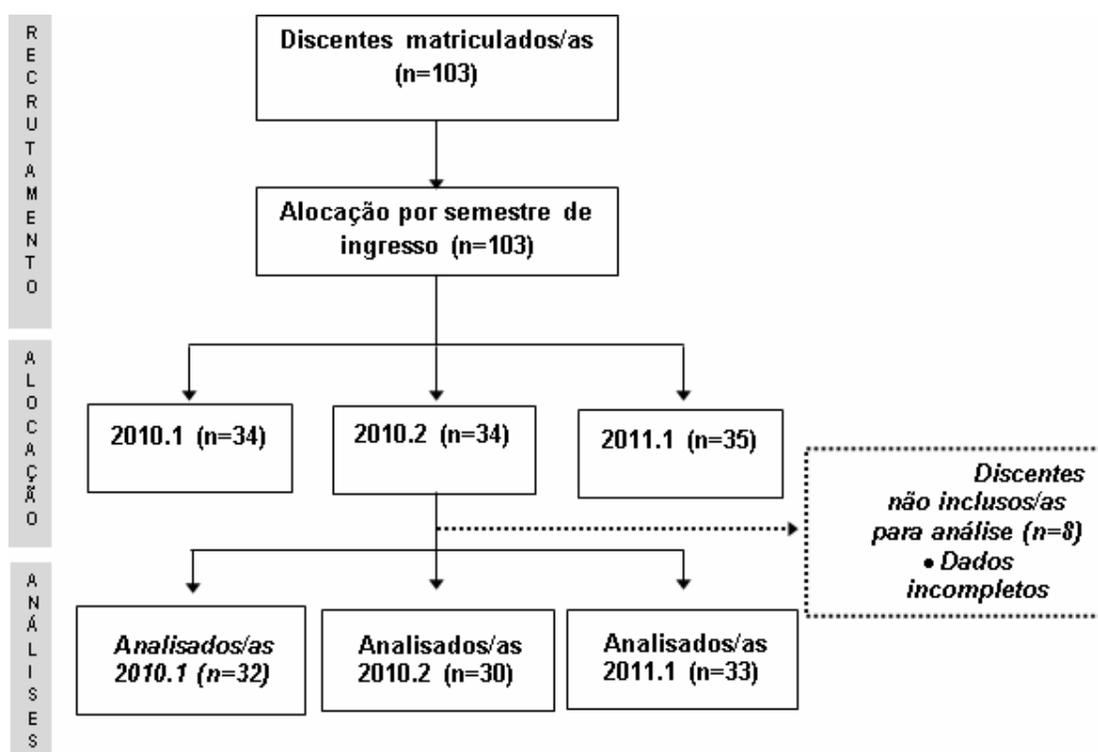
⁷⁶ MACHADO, Marcela R. L.; MOREIRA, Priscila R., apud CRAVO, Ana Cristina. Análise das causas da evasão escolar do curso Técnico de Informática em uma Faculdade de Tecnologia de Florianópolis. 2011. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 238-250, ago. 2012.

⁷⁷ INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Projeto: Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/visualizar/-/asset_publisher/La44/content/projeto%3A-educacao-profissional-no-brasil-e-evasao-escolar?>. Acesso em: 03 maio. 2016.

de $14,5 \pm 0,8$ anos, (quatorze vírgula cinco com desvio padrão de 0,8) de ambos os sexos, sendo 46 (quarenta e seis) do sexo feminino e 49 (quarenta e nove) do sexo masculino.

Conforme pode-se observar no fluxograma apresentado na figura 02, dos/as 103 (cento e três) alunos/as, 34 (trinta e quatro) ingressaram no semestre 2010.1, 34 (trinta e quatro) no semestre 2010.2 e 35 (trinta e cinco) no semestre 2011.1. Do total de matriculados/as nos três semestres pesquisados, 08 (oito) alunos/as deixaram de ser analisados/as, tendo em vista que se identificaram dados incompletos.

Figura 2 - Fluxograma de amostragem



FONTE: Confeccionada pela pesquisadora

Com o intuito de garantir transparência e fidedignidade dos dados da pesquisa, apresenta-se na tabela 03 a situação acadêmica dos/das alunos/as que deixaram de ser incorporados no cálculo dos percentuais apresentados nas tabelas que se seguem.

Tabela 3 - Alunos/as não incluídos/as na pesquisa

SITUAÇÃO	2010.1	2010.2	2011.1
Evadido (a)	1	1	2
Transferido (a)	1	1	0
Curso concluído	0	1	0
Matrícula trancada	0	1	0
TOTAL	2	4	2

Fonte: Confeccionada pela pesquisadora.

Conforme pode-se observar a partir da observação da Tabela 03, os/as 08 (oito) discentes não envolvidos/as na pesquisa apresentavam os seguintes resultados acadêmicos, no momento da coleta dos dados: 02 (dois/duas) estavam evadidos/as; 02 (dois/duas) haviam solicitado transferência para outra instituição; 01 (um/a) havia concluído o curso e 01 (um/a) havia requerido trancamento de matrícula. A título de esclarecimento, é oportuno reiterar que o questionário socioeconômico, objeto da coleta de dados é entregue ao/à estudante, por ocasião da matrícula e a ele/a é dada a liberdade de responder no todo ou em parte as questões apresentadas no documento.

A pesquisa apresenta dados quantitativos que, após serem coletados, foram inseridos numa base de dados do Microsoft Office Excel 2013 e posteriormente transferidos para o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS versão 16.0) onde realizou-se a análise estatística descritiva de frequência e percentual, gerando as tabelas a seguir apresentadas.

3.2.1 Apresentação dos resultados

Nesta seção do capítulo, são apresentados, a partir de tabelas, os resultados dos dados coletados.

Na tabela 04, a seguir, são apresentados os resultados gerais do levantamento de dados referentes à situação acadêmica dos/as estudantes pesquisados/as.

Tabela 4 - Frequência e Percentual da situação acadêmica geral (N=95)

Semestre de Ingresso	Frequência	Percentual (%)
2010.1	32	33,7
2010.2	30	31,6
2011.1	33	34,7
Semestre de Evasão		
2010.1	1	1,1%
2010.2	5	5,3
2011.1	4	4,2
2011.2	1	1,1
2012.1	3	3,2
2012.2	2	2,1
2013.1	5	5,3
2013.2	6	6,3
2014.1	2	2,1
Não Evadido	66	69,5
Status Atual		
Evadido	29	30,5
Transferido	22	23,2
Matriculado	5	5,3
Concluiu	39	41,1

FONTE: Dados da pesquisa da autora em 2015.

Na tabela 04 constata-se que dos/as 95 (noventa e cinco) discentes, objeto da investigação, 30,5% evadiram-se no intervalo contido entre os semestres 2010.1 e 2014.1, enquanto que do percentual de 69,5% dos/as alunos/as não evadidos/as, 23,2% transferiram-se para outra instituição de educação, 5,3% continuaram matriculados/as até o semestre 2015.1 e 41,1% concluíram o curso.

De acordo com dados publicados, o índice de evasão do mesmo curso pesquisado, em iguais períodos, no âmbito do IFCE, alcança 34,3%⁷⁸, percentual superior ao resultado do campus Juazeiro do Norte (30,5%).

Cônsua do cenário de evasão que vem se apresentando nos últimos anos a instituição definiu como um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional,

⁷⁸ INSTITUTO Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.ifceemnumeros.edu.br/>>. Acesso em: 15 maio. 2016

a redução das taxas de evasão e retenção de alunos/as, definindo como iniciativas estratégicas:

- 1) Elaborar diagnóstico para detectar as principais causas da evasão;
- 2) Ampliar as ofertas de bolsas de ensino, pesquisa e extensão;
- 3) Ampliar e construir restaurantes acadêmicos, ginásios poliesportivos, espaços culturais em todos os campi;
- 4) Melhorar as condições de trabalho da equipe multidisciplinar da Assistência Estudantil (assistentes sociais, psicológicos/as, pedagogos/as, nutricionistas e técnicos/as em assuntos educacionais) no apoio pedagógico psicossocial;
- 5) Realizar processo de seleção complementar para vagas ociosas deixadas após o SISU.⁷⁹

Ainda de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, para atingir a meta de “reduzir o nível de evasão para 20%” estão estabelecidas como metas desdobráveis, percentuais/ano, apresentados no Quadro 01, para o período 2014-2018:

Quadro 1 - Metas de Redução do Nível de Evasão IFCE campus Juazeiro do Norte

Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
25%	20%	10%	10%	10%

FONTE: PDI do campus Juazeiro do Norte.

Assim, a instituição é provocada a estabelecer um Plano de Combate à Evasão que, ao final de cada ano letivo, apresente redução dos índices apresentados no quadro 01, ou seja: 25% de diminuição da evasão escolar no ano letivo de 2014; 20% no ano de 2015; 10% nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

Para que os objetivos e metas traçadas sejam atingidos, fica evidente a necessidade de monitoramento das ações de combate à evasão já implementadas pela instituição, bem como a definição de outras alternativas de intervenções que possam ser elaboradas com a contribuição de todos os atores envolvidos no processo.

⁷⁹ PLANO de Desenvolvimento Institucional – PDI *campus* Juazeiro do Norte, 2014/2018, nov. 2013. pp. 20/ 21.

3.3 Evadidos

3.3.1 Características gerais

Neste item pretende-se analisar os índices de evasão, a partir de parâmetros acadêmicos e sócios econômicos como idade, gênero, semestre de ingresso, etnia, procedência escolar, estado civil dos pais, nível de escolaridade do pai, nível de escolaridade da mãe, responsável financeiro pela família, renda familiar e tipo de moradia.

Para Farmer et al.(2003) o abandono escolar não tem como causa (na maioria das situações) um acontecimento único, mas um conjunto de situações que surgem desde os primeiros anos escolares e acompanham o sujeito até que este opte por abandonar a escola, ou até mesmo durante grande parte da sua vida após esse momento.⁸⁰

Sobre a mesma questão:

Farmer et al.(2003) defendem, com base em vários autores, que os recursos familiares e a qualidade de vida, a escolarização dos pais e a sua profissão, a existência anterior de dificuldades na aprendizagem e a presença de problemas de comportamento e/ou relacionais, são alguns dos fatores que mais contribuem para o abandono escolar em idades relativamente baixas. Os autores supraditos acrescentam ainda que a estes problemas somam-se o excesso de faltas, o tipo de escola, a qualidade dos apoios parentais e possíveis mudanças de escola à lista de fatores que afetam os indivíduos, desta feita em idades mais avançadas⁸¹.

3.3.1.1 Quanto a idade

Com base nos dados coletados, a idade dos/as alunos/as matriculados/as no curso pesquisado está entre 13 (treze) e 19 (dezenove) anos. Na tabela a seguir é possível observar o movimento da evasão escolar desses/as discentes.

Tabela 5 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a idade

Idade	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
-------	--------	---	--------	---	--------	---

⁸⁰ FARMER et al 2003 apud ROSA, Bruno Miguel Medina da. *Causas de abandono e insucesso escolar*. comparação entre a realidade açoriana e continental. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Física dos Ensino Básico e Secundário) - UTAD, no DEP – ECHS, 2013. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/2368/1/MsC_bmmrosa.pdf>. Acesso em 04 maio. 2016. p. 41.

⁸¹ FARMER et al 2003 apud ROSA, 2013.

13	0	0	0	0	1	12,5
14	8	72,7	5	50	3	37,5
15	2	18,2	4	40	3	37,5
16	0	0	1	10	1	12,5
19	1	9,1	0	0	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa do autor em 2015.

A tabela 05 apresenta a faixa etária dos/as alunos/as evadidos/as, de acordo com o semestre de ingresso, indicando que a maior frequência se faz presente nas faixas de 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos. Esses dois índices somados implicam em 90,9% em 2010.1, 90% em 2010.2 e 75% em 2011.1 do total das amostras, nos respectivos semestres, o que nos remete a uma percepção de que, nestas turmas, os/as alunos/as de menor idade apresentam maior índice de evasão.

Segundo indicadores publicados pelo IBGE, a taxa de abandono do ensino médio, no âmbito do Brasil, dos anos de 2010 a 2014 registram uma diminuição da evasão à proporção que os/as discentes prosseguem na série o que permite constatar que a proporção que o/a estudante avança na idade, diminui o percentual de abandono.⁸²

Os dados do *campus* Juazeiro do Norte corroboram com a informação publicada pelo IBGE.

3.3.1.2 Quanto ao gênero

O objetivo 5 do Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015, estabelece a meta de: Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com foco em garantir o acesso completo e equitativo de meninas a uma educação básica de boa qualidade.⁸³

O mesmo documento registra que:

⁸² IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Séries Históricas e Estatísticas*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=abandono-escolar&vcodigo=M15>>. Acesso em: 04 maio. 2016

⁸³ UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015. Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios*. Primeira edição. Publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France.

Entre as crianças fora da escola, meninas têm probabilidade maior que meninos de nunca se matricularem na escola (48% contra 37%), enquanto meninos têm uma probabilidade maior de abandonar a escola (26% contra 20%). Uma vez matriculadas, as meninas têm mais chance de chegar às séries finais.

Na África Subsaariana, as meninas mais pobres continuam a ser quem tem maior probabilidade de nunca se matricular na educação primária. Na Guiné e no Níger, em 2010, mais de 70% das meninas mais pobres nunca frequentaram a educação primária, contra menos de 20% dos meninos mais ricos.⁸⁴

Voltando-se para o universo da pesquisa é possível observar na tabela 06 o percentual de meninos e meninas evadidos/as de acordo com o semestre em que ingressou na instituição de ensino onde desenvolve-se a pesquisa.

Tabela 6 - Evasão escolar por semestre de ingresso em função do gênero

Gênero	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Masculino	7	63,6	8	80	4	50
Feminino	4	36,4	2	20	4	50
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

De acordo com os dados pesquisados no sistema acadêmico do IFCE *campus* Juazeiro do Norte, foi possível observar que, em todo o universo da pesquisa, existe a predominância do gênero masculino nos semestres 2010.1 e 2010.2. Do total, 63,6% são do gênero masculino e 36,4% são do gênero feminino no semestre 2010.1. Com referência ao semestre 2010.2, 80% são do gênero masculino e 20% são do gênero feminino.

Passando-se para uma análise individualizada na amostra no semestre 2011.1, não houve diferença no percentual de evadidos/as entre os gêneros. Assim, é possível notar que existe uma tendência maior de evasão em relação ao gênero masculino nos semestres 2010.1 e 2010.2. Já para o semestre 2011.1 a tendência de evasão em relação ao gênero se mostrou equivalente.

O maior percentual de evasão de discentes do sexo masculino pode ser considerado como reflexo uma vez que, dada a especificidade do curso, na área de construções, ocorre uma maior matrícula de alunos desse gênero o que repercute no índice de evasão. Tal fato não se repete quando se faz a análise dos resultados do semestre 2011.1.

⁸⁴ UNESCO *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015*.

3.3.1.3 Quanto ao semestre de ingresso

O movimento de evasão dos /as alunos/as ocorre em todas as etapas do curso, com implicação de fatores diversos. Na tabela 07 é possível observar o comportamento da taxa de evasão em 09 (nove) semestres, compreendidos entre o primeiro período escolhido para o início da pesquisa e os 08 (oito) semestres correspondentes ao percurso de tempo que os/as referidos/as alunos/as estiveram frequentando e finalizando o curso.

Tabela 7 - Evasão escolar por semestre de ingresso

Semestre de Evasão	Semestre de Ingresso					
	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
2010.1	1	9,1	0	0	0	0
2010.2	5	45,5	0	0	0	0
2011.1	1	9,1	3	30	0	0
2011.2	0	0	0	0	1	12,5
2012.1	0	0	3	30	0	0
2012.2	1	9,1	1	10	0	0
2013.1	0	0	2	20	3	37,5
2013.2	2	18,2	0	0	4	50
2014.1	1	9,1	1	10	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

Analisando os dados da tabela 07 percebe-se que, na turma cujo ingresso de alunos/as ocorreu no semestre 2010.1 a maior incidência de abandono ocorreu no segundo semestre do curso, seguido do oitavo e último período. No que tange ao semestre 2010.2, registrou-se evasão equivalente no segundo e quarto semestres, repetindo-se o fenômeno, com uma ligeira queda, também no 6º período. Ao observar os indicadores da turma de estudantes que ingressaram em 2011.1, constata-se que a evasão ocorreu no quinto e sexto semestre do curso. Esses resultados confirmam a realidade vivenciada nos últimos anos, uma vez que a instituição tem registrado a saída de alunos/as, a partir do 5º semestre (correspondente ao 3º ano do curso) para melhor prepararem-se para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou devido a aprovação nestes exames de seleção e consequente ingresso nas Universidades.

3.3.1.4 Quanto à etnia

Como nação, o Brasil, detém uma cultura híbrida e extremamente rica que se estabelece, exatamente na diversidade étnica e nas diferenças regionais. País de dimensão continental, cujo povo, formado dessa diversidade étnica, apresenta um conjunto variado de saberes, costumes, crenças, meios de produção que conferem ao país sua riqueza cultural.

Na tabela 08 verifica-se a evasão constatada a partir do estudo referente as questões étnicas. A título de esclarecimento expõe-se, a seguir, a definição dos termos utilizados:

Não declarada - No Censo Escolar, são adotadas as mesmas categorias utilizadas pelo IBGE: branca, preta, parda, amarela e indígena. E, caso a pessoa opte por não informar, há a opção cor/raça "não declarada".⁸⁵

Amarela – A categoria amarela é reservada para as pessoas de origem oriental.⁸⁶

Branca - Brancos ou caucasianos são termos que geralmente se referem aos seres humanos caracterizados, em certo grau, pelo fenótipo claro da pele⁸⁷.

Parda - A palavra *parado* é mais comumente usada para referir-se aos brasileiros com variadas ascendências étnicas. O manual do IBGE define o significado atribuído ao termo como pessoas com uma mistura de cores de pele, seja essa miscigenação mulata (descendentes de brancos e negros), cabocla (descendentes de brancos e ameríndios), cafuza (descendentes de negros e indígenas) ou mestiça.⁸⁸

Negra - Negros ou povo negro são termos usados em sistemas de classificação racial para os seres humanos com um fenótipo de pele escura, em relação a outros grupos raciais. Diferentes sociedades aplicam critérios diferentes a respeito de quem é classificado como "negro" e muitas vezes variáveis sociais.⁸⁹

Indígena - Os povos indígenas do Brasil compreendem um grande número de diferentes grupos étnicos que habitam o país desde milênios antes do início da colonização portuguesa, que principiou no século XVI, fazendo parte do grupo maior dos povos ameríndios.⁹⁰

⁸⁵ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/agosto/inep-lanca-campanha-de-preenchimento-do-campo-cor-raca-no-censo-escolar>. Acesso em: 25 maio. 2016

⁸⁶ WIKIPEDIA. Composição étnica do Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Composi%C3%A7%C3%A3o_%C3%A9tnica_do_Brasil. Acesso em: 25 maio. 2016.

⁸⁷ WIKIPEDIA. Composição étnica do Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brancos>. Acesso em: 25 maio. 2016.

⁸⁸ WIKIPEDIA. Composição étnica do Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pardos>. Acesso em: 25 maio. 2016.

⁸⁹ WIKIPEDIA. Composição étnica do Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Negros>. Acesso em: 25 maio. 2016.

⁹⁰ WIKIPEDIA. Composição étnica do Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ind%C3%ADgenas_do_Brasil. Acesso em: 25 maio. 2016.

Tabela 8 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a etnia

Etnia	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Não autodeclarada	0	0	1	10	0	0
Amarela	1	9,1	0	0	0	0
Branca	6	54,5	2	20	3	37,5
Parda	4	36,4	6	60	5	62,5
Negra	0	0	0	0	0	0
Indígena	0	0	1	10	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

A tabela 08 nos mostra os dados relativos à etnia, no qual, observa-se que a frequência está representada em sua maioria por Brancos com 54,5%, 20% e 37,5 nos semestres de 2010.1, 2010.2 e 2011.1 respectivamente e por Pardos com 36,4%, 60% e 62,5% nos semestres de 2010.1, 2010.2 e 2011.1 respectivamente. De acordo com os dados pode-se observar que o maior percentual de evasão encontra-se nessas duas classes de etnia, com uma maior frequência para os Pardos nos semestres de 2010.2 e 2011.1.

3.3.1.5 Quanto à procedência escolar

No que diz respeito à procedência escolar, os dados apresentados na tabela 09 especificam a esfera administrativa das unidades escolares em que os/as discentes das turmas pesquisadas cursaram o ensino fundamental. A partir das informações coletadas é possível identificar as características dos/as estudantes que buscam as vagas do IFCE campus Juazeiro do Norte.

Tabela 9 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a procedência escolar

Procedência escolar	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Particular	9	81,8	7	70	5	62,5
Estadual	2	18,2	1	10	2	25
Municipal	0	0	2	20	1	12,5
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

Na análise pode-se observar que, dos/as alunos/as que ingressaram nos semestres de 2010.1, 2010.2 e 2011.1 a maior frequência de evasão se encontra na classe dos/as discentes oriundos de escola particular. Esse dado requer um estudo acerca do motivo pelo qual os/as alunos/as de escolas públicas são minoria na matrícula do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do IFCE *campus* Juazeiro do Norte, tendo em vista tratar-se de uma instituição pública, referenciada no Município, na região do Cariri e Estados circunvizinhos, e que vem, ao longo dos seus 21(vinte e um) anos, contribuindo de forma significativa para a formação profissional e intelectual da população da região.

Vale ressaltar que a estratégia de seleção dos/as alunos/as, adotada pela instituição, vem passando por alterações, já sendo possível perceber nos semestres 2014.2 e 2015.1, uma mudança nesse quadro com a inserção maior dos/as alunos/as das escolas públicas, primeiro pela questão das cotas nos exames de seleção, e ainda pelo formato da triagem, utilizando-se a análise do currículo escolar.

3.3.1.6 Quanto ao estado civil dos pais (mãe e pai)

Na tabela 10, conforme pode-se ver a seguir, constam os dados da evasão escolar, de acordo com o estado civil do pai e da mãe dos/as alunos/as pesquisados/as.

Tabela 10 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com o estado civil dos pais (mãe e pai)

Estado civil dos Pais	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Casado	9	81,8	4	40	4	50
Solteiro	0	0	5	50	2	25
Separado	1	9,1	0	0	2	25
Viúvo	1	9,1	0	0	0	0
Outro	0	0	1	10	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

O estado civil descrito na tabela a seguir apresenta o percentual de 81,8%, no semestre 2010.1; 40% no semestre 2010.2 e 50%, no semestre 2011.1 dos/as alunos/as que são filhos/as de pais ligados pelo matrimônio, seguidos de 50% e 25%

nos semestres 2010.2 e 2011.1, respectivamente, de alunos/as filhos/as de pai e mãe solteiros. Também foi detectado 25% de alunos/as, no semestre 2011.1, filhos/as de pai e mãe separados. Isso indica que a evasão poderá está associada a outros fatores que não a estabilidade do estado civil dos pais.

3.3.1.7 Quanto à escolaridade do pai

O acompanhamento dos pais no processo ensino-aprendizagem pode causar impacto positivo quando se observa o desempenho do/a aluno/a.

Molina et al. (2010), Avanzini (1967) e Guerreiro (1998) são alguns dos autores revisados que consideram o nível cultural dos pais e a sua escolaridade como um fator determinante na promoção ou combate do insucesso escolar. Os estudos na área multiplicam-se e podemos considerar que o impacto destes fatores é inegável, mas será que exerce o mesmo peso e apresenta números semelhantes em todo o país?⁹¹

O nível de escolaridade do pai do/a aluno/a evadido/a foi um dos aspectos da pesquisa cujo resultado está apresentado na tabela 11.

Tabela 11 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a escolaridade do pai

Escolaridade do pai	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Alfabetizado	2	18,2	2	20	0	0
1º Grau	1	9,1	2	20	1	12,5
2º Grau	7	63,6	5	50	7	87,5
Superior	1	9,1	1	10	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

Os dados visualizados na tabela 11 mostram que a escolaridade do pai em que os/as alunos/as tiveram maior evasão se encontra dentro da classe em que o pai é detentor do 2º grau. Isso faz com que se constate que a baixa escolaridade do pai não é um fator de evasão entre os/as discentes que compõem a pesquisa.

3.3.1.8 Quanto a escolaridade da mãe

A questão da influência da escolaridade dos pais no sucesso escolar dos/as filhos/as também foi tema de pesquisa de Ghanem Jr e como resultado ele escreve:

⁹¹ MOLINA et al (2010), AVANZINI (1967); GUERREIRO (1998) apud ROSA, 2013.

[...] a origem familiar condiciona a extensão da escolaridade do indivíduo, sendo menor o nível de instrução atingido pelos mais pobres e pelos filhos de pessoas com menos anos de estudo. Mas também se conclui que a escolaridade pode modificar o destino ocupacional comumente associado àquela mesma origem.

[...] Estudo realizado em nove países latino-americanos, inclusive Brasil, coincide com as pesquisas acima destacadas, reafirmando a extraordinária importância da família no perfil educacional dos alunos, em especial nos aspectos de seletividade da deserção, atraso escolar e rendimento acadêmico em testes. Nos países considerados menos desenvolvidos, os alunos cujos pais tinham menos escolaridade e exerciam ocupações manuais desertavam em maior proporção nos anos iniciais, enquanto nos países “mais avançados” isso ocorria no nível secundário.⁹²

Observando a tabela 12 verifica-se o resultado da pesquisa com relação a evasão conforme o nível de escolaridade da mãe.

Tabela 12 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a escolaridade da mãe

Escolaridade da mãe	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Não alfabetizado	0	0	1	10	0	0
Alfabetizado	1	9,1	0	0	1	12,5
1º Grau	1	9,1	2	20	2	25
2º Grau	7	63,6	4	40	4	50
Superior	2	18,2	3	30	1	12,5
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

Na análise da tabela 12 é possível notar-se que a frequência com maior índice de evasão está na classe da escolaridade em que a mãe possui o 2º grau. Com base nessa constatação a alta evasão escolar desse grupo de alunos/as constitui um paradoxo. Uma vez que essa mesma tendência foi observada por ocasião da análise da escolaridade do pai pode-se perceber que a baixa escolaridade da mãe e/ou do pai não apresenta influência no índice de evasão do grupo pesquisado.

Assim, verifica-se que no universo do grupo pesquisado, o determinante apresentado por Ghanem Jr não corrobora com o resultado apresentado.

3.3.1.9 Quanto ao responsável financeiro

⁹² GHANEM JR, Elie George Guimarães. *Educação Escolar e Democracia no Brasil*. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48131/tde-04112014-135113/pt-br.php>>. Acesso em 21 maio. 2016.

Dentre os/as alunos/as que compõem a pesquisa é possível observar situações diversas no que se refere ao responsável financeiro na família. Observando a tabela 13, a seguir, pode-se visualizar o resultado obtido a partir dos dados coletados.

Tabela 13 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com o responsável financeiro

Responsável financeiro	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Pai	3	27,3	2	20	1	12,5
Mãe	1	9,1	2	20	2	25
Pai e Mãe	7	63,6	4	40	4	50
Outro	0	0	2	20	1	12,5
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

A partir da análise do resultado obtido, referentes ao responsável financeiro pelos/as alunos/as que se evadiram, a tabela 13, mostra que a maior frequência de evasão nos três semestres pesquisados encontra-se na classe onde os responsáveis financeiros são pai e mãe. Neste caso é possível entender-se que a questão financeira pode refletir na evasão escolar. Outra leitura pode acenar para a possibilidade de que os pais que trabalham ficam mais distantes do acompanhamento escolar dos filhos e assim deixam de perceber as ocorrências diárias que podem levar os/as mesmos/as a evadirem-se da escola.

3.3.1.10 Quanto a renda familiar

Não é fácil atribuir o abandono escolar a questões financeiras quando se sabe que existe a oferta de ensino público gratuito e que algumas escolas ainda beneficiam alunos que apresentam situações de maior vulnerabilidade social e financeira com políticas de assistência estudantil. Nesse item procurou-se investigar até que ponto a evasão escolar recebe influência da renda familiar, cujo resultado encontra-se explicitado na tabela 14. Sobre essa questão, resultados de pesquisas publicadas indicam:

Em primeiro lugar, observamos, conforme esperado, maior evasão escolar entre os jovens de 15 a 17 anos de baixa renda (23,25%) do que no total da população (17,8%), ou ainda muito mais que os jovens 20% mais ricos em renda familiar (5,8%). Os motivos de evasão também diferem em relação

aos adolescentes de menor renda. Comparando os 30% mais pobres com o total da população, a participação do motivo renda entre os evadidos é 26,5% contra 27,1% respectivamente. A diferença absoluta destas respostas no total da população de adolescentes será afetada pela maior proporção de indivíduos fora da escola multiplicada por uma menor proporção daqueles alunos que alegam ser a necessidade de renda ou de trabalho o principal motivo da falta ou evasão.⁹³

Corroborando com a citação acima:

Machado (2011) considera que alunos oriundos de famílias de nível socioeconômico e cultural baixo apresentam valores mais notórios de insucesso e abandono escolar precoce, sustentando que estes necessitam de antecipar o ingresso no mercado de trabalho devido às dificuldades econômicas da família.⁹⁴

Tabela 14 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a renda familiar

Renda familiar	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Até 1 salário mínimo	3	27,3	0	0	1	12,5
Entre 1 e 2 salários mínimos	2	18,2	5	50	4	50
Entre 2 e 3 salários mínimos	4	36,4	4	40	3	37,5
Entre 3 e 5 salários mínimos	1	9,1	1	10	0	0
Entre 5 e 10 salários mínimos	1	9,1	0	0	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

A renda familiar da classe com maior frequência de evasão corresponde a que está situada entre 2 e 3 salários mínimos quando se observa os/as alunos/as que ingressaram em 2010.1, com 36,4%. Com relação às turmas com ingresso em 2010.2 e 2011.1 o maior percentual de evasão recai sobre os/as alunos/as cujas famílias são detentoras de renda estabelecida entre 1 e 2 salários mínimos, com 50% nos dois semestres, seguida de percentuais de 40%, em 2010.2 e 37,5%, em 2011.1 dos/as alunos/as cujas renda familiar situa-se entre 2 e 3 salários mínimos. A partir dessas constatações verifica-se que não se pode atribuir como motivo de evasão, entre os alunos pesquisados, as situações familiares que apresentam maior vulnerabilidade social.

⁹³ NERI, Marcelo. Motivos da evasão escolar. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/motivos_da_evasao_escolar.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2016.

⁹⁴ MACHADO 2011 apud ROSA, 2013.

Aqui vale ressaltar que algumas políticas, públicas implantadas nos últimos tempos, tenha favorecido na perspectiva de que o/a aluno/a receba um auxílio que o ajudará no acesso e permanência na escola. O campus Juazeiro do Norte vem implementando essa política, através do trabalho da equipe multifuncional da Coordenadoria de Assistência Estudantil - CAE, ação que vem contribuindo, para atender os/as discentes com maior vulnerabilidade social. Vale ressaltar a necessidade de maiores investimentos governamentais e construção de um efetivo compromisso social a fim de que se possa atender as múltiplas demandas que podem comprometer o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa da classe estudantil.

3.3.1.11 Quanto à moradia

Por fim, investigou-se a interferência do aspecto moradia dos/as alunos/as, no abandono escolar. O resultado está apresentado na tabela que se segue:

Tabela 15 - Evasão escolar por semestre de ingresso de acordo com a moradia

Moradia	2010.1	%	2010.2	%	2011.1	%
Própria	9	81,8	4	40	8	100
Alugada	0	0	5	50	0	0
Cedida	1	9,1	1	9,1	0	0
Financiada	1	9,1	0	0	0	0
TOTAL	11	100	10	100	8	100

Fonte: Dados da pesquisa da autora em 2015

Observando-se a tabela 15, referente ao tipo de moradia utilizada pelos/as discentes evadidos/as é possível verificar que os/as alunos/as residentes em moradia própria correspondem à frequência com maior índice de evasão em todos os semestres de ingresso.

Com base nessa realidade é possível constatar que o tipo de moradia não representa ameaça para os resultados relativos ao índice de evasão do grupo pesquisado.

CONCLUSÃO

De fato, não se pode negar que este período de mudanças rápidas e complexas deixa, sobretudo os jovens, a quem pertence e de quem depende o futuro, com a sensação de estarem privados de pontos de referência autênticos. A necessidade de um alicerce sobre o qual construir a vida pessoal e social faz-se sentir de maneira premente, principalmente quando se é obrigado a constatar o caráter fragmentário de propostas que elevam o efêmero ao nível de valor, iludindo assim a possibilidade de alcançar o verdadeiro sentido da existência.⁹⁵

O quadro de evasão aqui delineado aponta para a dificuldade de traçar um perfil específico do/a aluno/a que se evade da escola. Entretanto, é possível sistematizar as respostas colhidas, no intuito de procurar compreender esse fenômeno no que concerne ao universo da pesquisa, objeto desse trabalho, com a finalidade de encontrar subsídios que possam acenar para indicativos de intervenções a serem adotadas, na esfera da instituição pesquisada. Entende-se que tal encaminhamento poderá contribuir para adoção de estratégias capazes de promover a diminuição do índice de alunos/as que deixam de frequentar a sala de aula, a cada semestre, sem, contudo, preocupar-se em comunicar a instituição o motivo da sua opção de abandonar a escola.

Se pretende-se melhorar os resultados assustadores que se repetem a cada semestre/ano letivo torna-se necessário utilizar várias estratégias de combate uma vez que não se pode atribuir a um único fator as causas dessa decisão tomada pelo/a aluno/a. Amparando-se em pesquisas e estudos já realizados é possível arregimentar-se dos mais variados motivos para a evasão escolar: “Alunos com baixa renda familiar têm propensão maior de largar os estudos mais cedo em virtude de necessidades econômicas e sociais”.⁹⁶ “Quanto mais as alternativas externas à escola são vistas pelo estudante como aceitáveis e promissoras, mais facilmente ele poderá escolher a opção pelo abandono.”⁹⁷

Ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar, falta de interesse e proibição dos pais de ir à escola são motivos mais frequentes alegados pelos pais a partir dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e pelos próprios alunos no Ensino Médio.

⁹⁵ PAULO II, João. *Fides et Ratio*. Introdução "Conhece-te a ti mesmo". Disponível em: <<http://www.apologeticacatolica.com.br/agnusdei/fides0.htm>>. Acesso em: 29 maio. 2016

⁹⁶ NETO, Álvaro Rego Millen. *Evasão Escolar e Desinteresse dos Alunos nas Aulas de Educação Física*. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/fe/article/view/7559/7383>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

⁹⁷ DORE, acesso em: 15 maio. 2016.

Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil.⁹⁸

No âmbito da pesquisa foi possível detectar importantes aspectos que contribuem para a evasão escolar, sendo relevante destacar que a maior incidência de abandono das turmas pesquisadas deu-se entre os alunos de menor idade, entre 14 e 15 anos e oriundos da rede privada. Também foi possível identificar que as evasões ocorrem, com maior ênfase do segundo ao sétimo semestre de um curso ofertado em 08 (oito) períodos. Aqui foi possível comprovar uma hipótese levantada no projeto de pesquisa de que há uma evasão significativa a partir do 5º semestre em virtude da saída de alunos/as a fim de melhor prepararem-se para o ENEM.

Assim, os resultados obtidos indicam que, da maneira como se apresenta hoje, para cada aluno/a será possível encontrar um fator que explique o motivo que, segundo ele/a, justifica o abandono da escola.

Ao concluir essa investigação fica o indicativo de que as pesquisas sobre a Evasão Escolar precisam ser desenvolvidas, sistematicamente, uma vez que são instrumentos eficazes para diagnosticar e contribuir com as instituições educacionais na construção e implementação de ações capazes de intervir nas altas taxas de abandono escolar e indicar caminhos para a prevenção do insucesso escolar.

Inadmissível é continuar assistindo a recorrência de fracasso e insucesso escolar e saber que, com raras exceções, recai somente na escola a responsabilidade de tal fato. A poesia seguinte, retrata o pensamento popular acerca das instituições e atores do processo educacional:

A educação brasileira,
do campo e da cidade,
não é muito verdadeira
e só visa a quantidade.

Nos idos de setenta e um
tudo foi modificado;
se tem dois cabe mais um
para ser massificado.

O ensino braseiro
deixou de ser e já não era;
diminuíram o dinheiro -
e a eterna primavera.

O professor brasileiro

⁹⁸ PACIEVITCH, Thais. *Evasão Escolar*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

quarenta e quatro aulas tem;
corre corre o dia inteiro,
mas não ensina ninguém.

Na classe superlotada
sobrevive o mais apto;
começa aí a derrocata
do aluno mentecapto.

O professor não ensina
e o aluno não aprende –
educação não é chacina, nem
produto que se vende.

Educação é para todos,
mas com certa estrutura;
não é soma de engodos,
nem é mel de rapadura.

Pelas portas da escola
passa boi, passa boiada;
vou ser jogador de bola
ou vendedor de marmelada.

O setor educacional
é uma coisa que pinica:
para o bem nacional
o tico vai, o pobre fica.

Pra rico existe estudo
Pra pobre há merenda;
este o eterno botocudo,
aquele o dono da fazenda.

Ensino democratizado
só aparece no papel
tem escola com portão fechado
e lá se vai o meu anel.

Quem chega a universidade
tem que passar pela peneira –
o popular é uma saudade
ou um retrato de caveira.

A universidade está cheia
de indivíduo da elite:
o rico vai se veraneia,
o pobre fica no convite.

A qualidade do ensino
é para uma classe só;
às vezes até me desatino,
vendo a cegueira desse nó.

Onde anda a qualidade
que sentado eu espero,
vai ficar só na saudade
ou sempre no lero-lero?⁹⁹

A letargia das ações voltadas para a mudança do quadro de insucesso que se assiste e se registra parece ter se transformado em clichê que incorporou o senso

⁹⁹ Poema de rua, que espera melodia, sem identificação do/a autor/a.

comum. Impossível ficar olhando para esse cenário e permanecer de braços cruzados. No entanto, os esforços ilhados não produzirão os resultados necessários. Há que se pensar, planejar e perseverar de forma coletiva e consciente.

O panorama da educação nacional grita por ações organizadas, coerentes evidenciadas na própria vivência pessoal, capazes de indicar caminhos e promover a transformação. Isso requer a contribuição de todos nós educadores.

Avante!

REFERÊNCIAS

ARANHA, Ana. A escola que os jovens merecem. *Revista Época*, n. 587, ago. 2009.

ASSMANN, Hugo. *Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem significativa*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 186-226.

AUSUBEL, D. P. *A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes, 1982.

BRANDENBURG, Laude Erandi. *Metodologia e Didática do Ensino Superior*.

Disponível em:

<<http://www.gper.com.br/newsletter/a4d1881684a0424ae95aa2f764e3dbdb.pdf>>. p. 7. Acesso em: 05 maio. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento orientador para a superação evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. 2014.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 07 abril. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. Sessão: 079.2.55.

_____. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº. 9394, de 1996. Art. 36-B e 36-C, Seção IV-A, Cap. II. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 maio. 2016.

_____. *Ministério da Educação, Conae 2010: Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2016.

_____. *Ministério da Educação, Conae 2014: Conferência Nacional de Educação: documento-referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta. 2013. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf>. Acesso em: 07 maio. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Brasília: MEC/Setec, dez. 2007.

_____. Ministério da Educação. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. 2007*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal*. Brasília, Ministério da Educação, 2014.

_____. Ministério da Educação. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Conceição e Diretrizes. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 maio. 2016.

_____. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 maio. 2016.

_____. Presidência da República. *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/agosto/inep-lanca-campanha-de-preenchimento-do-campo-cor-raca-no-censo-escolar>>. Acesso em: 25 maio. 2016.

CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. 13. ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.

DELORS, Jacques (Org.) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

DEMO, Pedro. *Educação e Qualidade*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/desistencia/>>. Acesso em: 27 maio. 2016

DORE, Rosemary. *Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei 8069/1990*. Fórum DCA-Ceará, 2016.

ESTADÃO. O Censo da Educação Básica. *Editorial Estadão*. Disponível em: <<http://www.opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-censo-da-educacao-basica,1854751>>. Acesso em: 27 maio. 2016.

EVASÃO Escolar: as principais causas e como evitar. 2015. Disponível em: <<http://info.geekie.com.br/evasao-escolar-as-principais-causas-e-como-evitar/>>. Acesso em: 02 maio. 2016.

FARMER et al 2003 apud ROSA, Bruno Miguel Medina da. *Causas de abandono e insucesso escolar: comparação entre a realidade açoriana e continental*. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Física dos Ensino Básico e Secundário) - UTAD, no DEP – ECHS, 2013. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/2368/1/MsC_bmmrosa.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. p. 14.

GHANEM JR, Elie George Guimarães. *Educação Escolar e Democracia no Brasil*. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48131/tde-04112014-135113/pt-br.php>>. Acesso em 21 maio. 2016.

HERMAN, Nadja. *Hermenêutica e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Séries Históricas e Estatísticas*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=abandono-escolar&vcodigo=M15>>. Acesso em: 04 maio. 2016

_____. Séries Históricas e Estatísticas. Abandono escolar por série - Ensino Médio (série nova). Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=abandono-escolar&vcodigo=M15>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

IFCE. Instituto Federal do Ceará. *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018*.

_____. Campus Juazeiro do Norte. *Projeto Pedagógico Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio (PPC)*. Juazeiro do Norte. 2010.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. *Regulamento da Organização Didática – ROD*. Fortaleza, 2015.

_____. *Matrículas Realizadas*. Disponível em: <<http://www.ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2014/2018*, fev., 2015.

_____. *PPC Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio*. Juazeiro do Norte, 2010.

IFCE. *Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE*, 2015.

_____. *Revista IFCE 2016*. Disponível em: <http://www.ifce.edu.br/comunicacao-social/revista_arquivos/revista_ifce_2016.pdf>. Acesso em 10 maio. 2016.

_____. *PLANO de Desenvolvimento Institucional – PDI: campus Juazeiro do Norte*, 2014/2018, nov. 2013.

_____. *PLANO de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2014/2018*, fev., 2015.

_____. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.ifceemnumeros.edu.br/>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Taxa de Rendimento Brasil 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 02 maio. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Ministério vai intensificar as políticas públicas de combate ao abandono escolar*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/ministerio-vai-intensificar-as-politicas-publicas-de-combate-ao-abandono-escolar>. Acesso em: 27 maio. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Projeto: Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/visualizar/-/asset_publisher/La44/content/projeto%3A-educacao-profissional-no-brasil-e-evasao-escolar?>. Acesso em: 03 maio. 2016.

MACHADO, Marcela R. L.; MOREIRA, Priscila R., apud CRAVO, Ana Cristina. Análise das causas da evasão escolar do curso Técnico de Informática em uma Faculdade de Tecnologia de Florianópolis. 2011. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 238-250, ago. 2012.

MARCELO, Carlos. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. *Form. Doc.*, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p. 11-49, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/sumario/exibir/8>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes*, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 maio. 2016

ROSA, Bruno Miguel Medina da. *Causas de Abandono e Insucesso Escolar: comparação entre a realidade açoriana e continental*. Vila Real, mar., 2013. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/2368/1/MsC_bmmrosa.pdf>. Acesso em 04 maio. 2016.

MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 74.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NERI, Marcelo. Motivos da evasão escolar. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/motivos_da_evasao_escolar.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2016.

NETO, Alvaro Rego Millen. *Evasão Escolar e Desinteresse dos Alunos nas Aulas de Educação Física*. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/feef/article/view/7559/7383>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

PACHECO, Elieser. *Os Institutos Federais uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3787-cartilha-eliezer-final&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 maio. 2016.

PACIEVITCH, Thais. *Evasão Escolar*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

PAULO II, João. *Fides et Ratio*. Introdução "Conhece-te a ti mesmo". Disponível em: <<http://www.apologeticacatolica.com.br/agnusdei/fides0.htm>> Acesso em: 29 maio. 2016.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. *As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente*. p. 117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v20n68/a06v2068.pdf>>. Acesso em: 02 maio. 2016.

PIAGET, J. Para onde vaia educação? Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1998.

PINTO, Celeida B. Garcia Cintra. *A formação continuada do professor e o sucesso do processo ensino-aprendizagem*. Disponível em: <www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/article/.../408>. Acesso em: 02 maio. 2016.

ROCHA, Maria (Coord.); FERREIRA, Adelaide; MOREIRA, Ana Paula; GOMES Teresa Furstenau. *Redução do abandono escolar precoce - uma meta a prosseguir*. Estudos e Intervenções. RH+50, Dez., 2014.

SACRISTÀN, José Gimeno et al. *Educar por competências: o que há de novo?* Porto Alegre: ARTMED, 2011.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser e a conviver*. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015. Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios*. 1. ed. Publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso em: 25 maio. 2016.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília, DF, 2011.

WIKIPEDIA. Composição étnica do Brasil. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Composiçã_étnica_do_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Composiç%C3%A3o_%C3%A9tnica_do_Brasil)>. Acesso em: 25 maio. 2016.

ANEXO 1

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Área	Unidade Curricular (UC)	Créditos	Período / Semestre letivo								CH total da UC no curso	
			P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8		
Comum / Ensino Médio	Artes		20	20								40
	Filosofia		20		20		20				20	80
	Química		40	40	40	40						160
	Geografia		60	40	40							140
	Sociologia			20		20		20			20	80
	Inglês		40	40	40							120
	Espanhol							20	40	40		100
	Educação Física		40	40	40	40						160
	Física		80	80	80	80						320
	Matemática		60	40	40	40	40	40	40			300
	Língua Portuguesa		40	40	40	40	40	40	40			280
	História		40	40	40	40						160
	Biologia					40	60	60				160
	Redação									40		40
	Informática Básica			40								40
	Subtotal Área Comum / Ensino Médio		0	440	440	380	340	160	180	120	120	2180
	Desenho Técnico		40	40								80
	Desenho de Arquitetura				40	80	40					160
	Materiais de Construção					60	40					100
	Topografia				60							60
	Legislação									20		20
	Eleticidade Básica						20					20
	Higiene e Segur. do Trabalho						40					40
	Desenho Assistido por Computador						60					60
	Sist. Construtivos						40	60				100
	Mecânica dos Solos							60				60
	Resistência dos Materiais							60				60
	Controle Ambiental							40				40
	Especificações e Orçamentos									60		60
	Construções de Concreto Armado									60		60
	Instalações elétricas e telefônicas									60		60
	Instalações Hidro Sanitárias									60		60
	Implantação de canteiro de obras									40		40
	Desenho Estrutural										40	40
	Leis de Instalações Prediais										40	40
	Qualidade na construção civil										40	40
Patologia e recuperação										40	40	
Planej. e controle de obras										40	40	
Empreendedorismo e Gestão										40	40	
Subtotal Área Específica / Técnica		0	40	40	100	140	240	220	280	260	1320	
Ch total do curso sem estágio		0	480	480	480	480	400	400	400	380	3500	
Estágio – opcional											300	
Carac. horária total do curso com estágio			480	480	480	480	400	400	400	380	3800	